



Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP

ALINE OLIVEIRA MOURA

AVALIAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DE QUATRO MINISTÉRIOS

Brasília – DF

2015

ALINE OLIVEIRA MOURA

**AVALIAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DE
QUATRO MINISTÉRIOS**

Monografia submetida ao curso de graduação
em Administração da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Ronni Geraldo Gomes de
Amorim

Brasília – DF

2015

Moura, Aline Oliveira

Avaliação da gestão ambiental no âmbito de quatro Ministérios/Aline Oliveira Moura. Brasília: UnB, 2015. 89 p.

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Brasília, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Ronni Geraldo Gomes de Amorim.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Gestão Ambiental. 3. Administração Pública. I. Amorim, Ronni Geraldo Gomes de.
II. Avaliação da gestão ambiental no âmbito de quatro Ministérios.

CDU Classificação

**AVALIAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DE QUATRO
MINISTÉRIOS**

Aline Oliveira Moura

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração, da Universidade de Brasília, em 03/02/2015 apresentada e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Dr. Ronni Geraldo Gomes de Amorim, UnB

Orientador

Prof. Me. Átila Rabelo, UnB

Membro Convidado

Brasília, DF

2015

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar as práticas ambientais sustentáveis adotadas pelo Ministério da Cultura- MC, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Comunicação- MinC e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE no ano de 2013. O desenvolvimento sustentável deve orientar todas as ações do governo e a prestação de serviços públicos. A gestão ambiental eficiente melhora a imagem organizacional, evita desperdícios e promove o uso reacional dos recursos ambientais. Para fomentar a sustentabilidade na administração pública, em 2012, foi publicada a Instrução Normativa MPOG nº10/2012 que obriga todos os entes da administração a criar Planos de Logística Sustentável com descrição de ações sustentáveis para o consumo de material, água, energia, compras sustentáveis e qualidade de vida no trabalho. Neste sentido, este trabalho analisa as ações realizadas por quatro Ministérios para atender a normativa e para alcançar a sustentabilidade em suas atividades. Os dados mostraram que os órgãos apresentam planos bem parecidos, todos possuem ações para reduzir custos com o uso de materiais de escritório e reduzir o consumo de água e energia. Estão realizando reformas para melhorar o ambiente de trabalho e melhorar as instalações elétricas e hidráulicas. Possuem convênios com as cooperativas para a realização da reciclagem e incentivam a realização da coleta seletiva. Já as atividades voltadas para a sensibilização e conscientização dos servidores devem ser reforçadas para que estes possam alterar seu padrão de consumo, melhorar sua relação com o meio ambiente e se tornarem multiplicadores das ações sustentáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Gestão Ambiental. Administração Pública.

LISTA DE SIGLAS

A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública.

IN: Instrução Normativa.

ISO: *International Organization for Standardization* (inglês) ou Organização Internacional para Padronização (português).

MC: Ministério das Comunicações.

MinC: Ministério da Cultura.

MMA: Ministério do Meio Ambiente.

MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MTE: Ministério do trabalho e Emprego.

PLS: Plano de Logística Sustentável.

SGA: Sistema de Gestão Ambiental.

TCU: Tribunal de Contas da União.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para substituição.	28
Tabela 2. Avaliação da prática de coleta seletiva adotada.	28
Tabela 3. Avaliação da pratica de compra sustentável.	29
Tabela 4. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no PLS.	29
Tabela 5. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis.	30
Tabela 6. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para alteração de consumo para o MinC.	32
Tabela 7. Avaliação da pratica de coleta seletiva adotada no MinC.	33
Tabela 8. Avaliação da prática de compra sustentável adotada no MinC.	33
Tabela 9. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no Minc.	34
Tabela 10. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis no MinC.	35
Tabela 11. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para alteração de consumo para o MTE.	36
Tabela 12. Avaliação da prática de coleta seletiva adotada no MTE.	37
Tabela 13. Avaliação da prática de compra sustentável adotada no MTE.	37
Tabela 14. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no MTE.	38
Tabela 15. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis no MTE	38
Tabela 16. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para alteração de consumo para o Ministério das Comunicações.	39
Tabela 17. Avaliação da pratica de coleta seletiva adotada no Ministério das Comunicações.	41
Tabela 18. Avaliação da prática de compra sustentável adotada no Ministério das Comunicações.	41
Tabela 19. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no Ministério das Comunicações.	42

Tabela 20. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis no Ministério das Comunicações.....	43
Tabela 21. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para substituição do MMA.	44
Tabela 22. Avaliação da prática de coleta seletiva adotada do MMA.	45
Tabela 23. Avaliação da prática de compra sustentável do MMA.....	46
Tabela 24. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no PLS do MMA.	46
Tabela 25. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis do MMA.....	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Formulação do problema	10
1.2	Objetivo Geral	11
1.3	Objetivos Específicos	12
1.4	Justificativa.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3	MÉTODO DE PESQUISA.....	24
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa	24
3.2	Caracterização do objeto o fenômeno de estudo	25
3.3	População e amostra (ou participantes)	26
3.4	Procedimentos de coleta e de análise de dados	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
4.1	Ministério da Cultura (MinC).....	31
4.2	Ministério do Trabalho e Emprego –MTE	35
4.3	Ministério das Comunicações - MC	39
4.4	Ministério do Meio Ambiente - MMA	43
4.5	Análise Comparativa dos Planos de Logística Sustentável dos quatro Ministérios.	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	APÊNDICES	60
	ANEXOS	63

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade avaliar como os Ministérios estão desenvolvendo aspectos de gestão ambiental em seus ambientes de trabalho.

O tema gestão ambiental é de extrema importância para a sociedade, pois o impacto que a atividade do homem provoca sobre o meio ambiente traz consequências graves para a geração atual e futura. Para alcançar o crescimento econômico e aumentar o lucro, o homem vem destruindo o meio ambiente de forma inconsequente e sem refletir sobre o impacto de suas ações no futuro. Mesmo com toda problemática, somente a partir de 1960, a sociedade brasileira começou a se envolver com a questão ambiental, discutindo o problema e pressionando o governo para que ocorresse o desenvolvimento de políticas e instrumentos para manter o uso equilibrado do ambiente.

O desenvolvimento sustentável debatido nas diversas Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente busca integrar o crescimento econômico à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento social, ou seja, busca promover o uso racional e equilibrado dos recursos naturais, a preservação dos recursos naturais, a redução da desigualdade social, a melhoria da qualidade de vida e o acesso a serviços públicos de qualidade.

Com a discussão crescente sobre as questões do meio ambiente e pressionados pela sociedade, as empresas que buscam a maximização de seus lucros com ações que poluem o ambiente estão sujeitas à perda de competitividade, ao descrédito e estão impedidas de atuar em mercados internacionais. Para evitar perdas em lucratividade e melhorar sua imagem institucional, as empresas estão investindo em práticas que reduzem o uso de recursos naturais (matéria-prima, água, energia), em tecnologia para tornar suas rotinas mais limpas, efetuam o tratamento de efluentes poluidores, evitam acidentes, respeitam o meio ambiente e a legislação e buscam melhorar a qualidade de vida do trabalhador na empresa.

Visto que a gestão ambiental é capaz de agregar valor a uma empresa e pode trazer benefícios a todos os envolvidos, é necessário avaliar se a administração pública está considerando a questão ambiental em suas atividades como instrumento para melhorar sua performance e trazer eficiência.

1.1 Formulação do problema

A pergunta problema desse trabalho é: Os Ministérios têm considerado aspectos de gestão ambiental ao desempenhar suas atividades?

Os Órgãos Públicos são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, ou seja, por meio dos órgãos públicos, o Estado desempenha suas funções, cada órgão possui estrutura, funções, cargos, agentes e atribuições definidas em lei.

Os órgãos públicos autônomos, como os Ministérios, Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais, têm ampla autonomia administrativa, financeira e técnica, são órgãos diretivos com funções de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência (JURISWAY, 2014).

A escolha pelos Ministérios se deve ao fato de que estes estão subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes (Chefia do Executivo – Presidência da República), possuem autonomia administrativa, financeira e técnica e participam das decisões governamentais (JURISWAY, 2014).

Para a análise, foram selecionados quatro Ministérios: Ministério da Cultura - MinC, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Comunicação- MC e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

O Ministério da Cultura (MinC) tem como área de competência a política nacional de cultura e proteção do patrimônio histórico e cultural (MinC,2014a). Para o alcance de suas atribuições, este ministério deve fomentar a preservação e o respeito das particularidades de cada região e das comunidades, ou seja, deve promover o desenvolvimento sustentável aliando o aspecto social ao econômico.

O MTE tem como assuntos de competência: a política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador (MTE, 2014a), neste sentido o MTE deve impedir o trabalho escravo e promover condições dignas de trabalho. Desta forma, o deve promover diretrizes para o desenvolvimento sustentável harmonizando aspectos social e econômico.

O Ministério das Comunicações – MC é responsável por formular e propor as políticas nacionais para os serviços de radiodifusão, postais e de telecomunicações, e pela política nacional de inclusão digital (MC, 2014a). Por meio do acesso irrestrito aos serviços de comunicação, o cidadão poderá ter acesso a informação e poderá se tornar mais participativo, ou seja, o Ministério deve promover o desenvolvimento sustentável por meio de aspectos sociais e econômicos.

O MMA tem como missão implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável (MMA, 2014a), ou seja, o ministério deve promover ações que permitam conciliar o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Estes ministérios são responsáveis por políticas de suma importância para o desenvolvimento econômico do país, desta forma, as ações realizadas por estes órgãos podem e devem contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável e influenciam a vida do cidadão tanto de forma direta quanto indireta.

Ao adotar práticas sustentáveis em suas estruturas, estes órgãos demonstram para a sociedade que respeitam o meio ambiente, que possuem uma visão de longo prazo e que pensam nas futuras gerações.

Enfim, ao realizar práticas sustentáveis tanto interna quanto externamente, os órgãos públicos mostram para a sociedade que adotam ações concretas e realistas para o alcance do desenvolvimento sustentável. Além disso, as práticas ambientais adotadas por estes Ministérios podem servir de exemplo e guiar outras instituições privadas ou públicas para adotar o desenvolvimento sustentável em seus planejamentos.

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente estudo é analisar as práticas ambientais sustentáveis adotadas pelo Ministério da Cultura- MC, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Comunicação- MinC e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE no ano de 2013.

1.3 Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Levantar os Planos de Logística Sustentável – PLS dos quatro Ministérios de 2013;
- b) Levantar os relatórios de gestão de 2013 apresentados ao Tribunal de Contas pelos quatro Ministérios;
- c) Analisar os PLS e o relatório de gestão quanto a aspectos de gestão ambiental;
- d) Comparar as práticas adotadas pelos órgãos; e
- e) Avaliar a gestão ambiental aplicados nos órgãos baseado pelas diretrizes apontadas pela Instrução Normativa nº 10/2012 que orienta a criação dos Planos de Logística Sustentável – PLS.

1.4 Justificativa

O desenvolvimento sustentável é um desafio para todos. Ao adotar princípios de sustentabilidade em suas atividades, os órgãos públicos demonstram que possuem uma visão de longo prazo e que estão preocupados em criar um ambiente equilibrado e favorável ao desenvolvimento das futuras gerações.

Ao conhecer os projetos adotados pelos Ministérios torna-se possível visualizar como uma organização pública pode contribuir para o meio ambiente, conhecer que recursos estão tendo seu consumo reduzido, que alternativas estão sendo utilizadas para reduzir o consumo, como sensibilizar trabalhadores quanto a questão ambiental e como melhorar a qualidade de vida dos servidores na instituição.

Conhecer as ações adotadas pelos Ministérios para contribuir com o desenvolvimento sustentável permite avaliar a sensibilidade dos órgãos quanto ao tema e pode inspirar outras instituições a adotarem práticas sustentáveis semelhantes em suas estruturas.

Enfim, para que haja desenvolvimento sustentável, governo, empresas, instituições públicas, hospitais, escolas, crianças, adultos, servidores públicos, meios de comunicação, organizações não governamentais devem se empenhar para que cada um faça a sua parte e contribua para um ambiente saudável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir dos anos 60, surgiram as primeiras preocupações com a destruição das florestas e extinção dos animais selvagens de forma organizada. Por meio dessas manifestações, foi possível dar início às lutas contra os efeitos poluidores da indústria e surgiram as ideias de conservação do meio ambiente. No entanto, essas manifestações eram restritas aos ecologistas e tinham por objetivo despertar a sociedade para os danos causados à natureza, alertando complicações futuras, porém a sociedade não deu importância, pois a obtenção de lucro era mais importante (MARTINS, 2004).

Em função da pouca sensibilização de governos e da pobre participação de instituições preocupadas com os danos ao meio ambiente e da fraca legislação sobre o tema, as indústrias se instalavam no Brasil sem se preocupar com os danos causados nas regiões, como descrito por SILVA (2011, p. 23):

Até metade do Século XX não havia no Brasil uma política clara sobre as atividades poluidoras e as consequências sobre biota e os ecossistemas. Assim, muitas indústrias se estabeleceram sem o devido estudo prévio a respeito de sua instalação e operação, ou tão pouco de seus lançamentos de efluentes.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, tornou o meio ambiente como um assunto mundialmente importante. Nessa conferência, países industrializados e em desenvolvimento se reuniram para discutir problemas relativos ao meio ambiente (BRÜMMER, 2010).

A Conferência de Estocolmo deu origem à Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como Declaração de Estocolmo. A Declaração de Estocolmo estabeleceu alguns princípios, dentre eles, estabelecia que o homem era responsável pelo meio ambiente devendo ter atenção às consequências de seus atos no meio ambiente e estar em harmonia com a natureza, para que possa manter a qualidade de vida e se desenvolver socioeconomicamente. Estabeleceu também que os Estados seriam responsáveis pela criação de leis e normas para a preservação do meio ambiente, e informava que os países em desenvolvimento deveriam reduzir as discrepâncias sociais para alcançar o desenvolvimento socioeconômico (COSTA; DAMASCENO; SANTOS, 2012).

Durante a Conferência de Estocolmo, o Brasil fez parte do grupo dos países em desenvolvimento que não reconheciam a problemática ambiental e consideravam que “a

principal poluição era a miséria”. Nesta época, a política brasileira incentivava a instalação de indústrias poluidoras para alcançar altos níveis de crescimento econômico. Em 1973, o Brasil criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, para tentar melhorar a imagem negativa obtida no evento. Os setores envolvidos com a problemática eram as agências estatais de meio ambiente e as entidades ambientalistas. A problemática ambiental brasileira estava relacionada apenas com controle de poluição (LEIS, 1996, p. 99).

Na década de 1980, a problemática ambiental brasileira se tornou multissetorial, além, das agências estatais de meio ambiente e das entidades ambientalistas que participavam nos anos 70, organizações não governamentais, movimentos sociais, grupos científicos e empresários se envolveram com a questão. A participação destes agentes permitiu que a área ambiental ganhasse profissionais capacitados e preocupados em restaurar áreas degradadas, como relatado por LEIS (1996, p. 102):

As entidades profissionais não têm como objetivo a denúncia. Elas têm como objetivo central a afirmação de uma alternativa viável de conservação ou restauração do ambiente danificado. [...] No contexto de um ambientalismo complexo, as entidades profissionais capacitam-se para exercer uma nítida influência sobre as agências estatais de meio ambiente, o poder Legislativo, a comunidade científica e o empresariado.

Nos anos 80, a problemática ambiental brasileira priorizava ações de conservação e preservação de áreas para garantir a proteção dos ecossistemas e suas diversidades biológicas, buscava disciplinar a ocupação do solo e possibilitar o uso sustentável dos recursos naturais. Nesta época, foi promulgada a Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente com objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (NOVAIS, 2014).

O Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório *Brundtland* publicado em 1987 trouxe a definição de desenvolvimento sustentável. A obra de LEIS (1996, p. 93) relata trechos desse relatório e menciona o desenvolvimento sustentável como:

[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos chaves:

1) o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2) a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras.

O relatório mostrou que o desenvolvimento sustentável abrange questões éticas, sociais, econômicas, como por exemplo, a necessidade de alteração dos hábitos de consumo da sociedade, a realização de planejamento de longo prazo, o princípio de precaução, a busca pela diminuição da desigualdade social e manutenção do equilíbrio ecológico. Enfim, o relatório ressaltou a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes nos países desenvolvidos, busca conscientizar sobre a necessidade de uso racional dos recursos naturais e discute a incapacidade de suporte dos ecossistemas (MMA, 2014a; ERBE, 2012).

Com o aumento da pressão da sociedade e a influência do Relatório Brundtland, a questão ambiental se tornou relevante no Brasil, o que resultou na inclusão de um capítulo dedicado ao meio ambiente na Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988. No Capítulo VI, Art. 225, foram definidos os direitos e deveres do Poder Público e da coletividade em relação ao meio ambiente e a responsabilidade pela preservação e conservação do meio ambiente foi dividida entre governo e sociedade (MMA, 2014b; IBAMA, 2014).

Em respostas às inúmeras críticas, incidentes ambientais e movimentos sociais que demonstravam a ineficiência dos órgãos ambientais existentes, em 1989, o governo brasileiro criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA com a função de executar a política ambiental brasileira, unificar as políticas descentralizadas e promover a gestão integrada do meio ambiente, como relatado pelo IBAMA (2014, p. 1):

[...] o índice de desmatamento era alarmante (em 1988 chegou a 21.050 km² contra 11.224 km² em 2007), a caça e pesca predatória e sem controle (os jacarés do Pantanal e as baleias estavam às vias de extinção), crescentes conflitos entre comunidades tradicionais e seringueiros, que teve como ápice a morte de Chico Mendes.

Com tantos incidentes, houve mais pressão interna e externa. Isso fez surgir no governo a urgência de se mapear os órgãos federais com atuação ambiental, com o intuito de fortalecer-se o processo de gestão da área. Foi criado, então, em 1988, pelo presidente José Sarney, o Programa Nossa Natureza, que tinha como uma das metas recriar a arquitetura organizacional ambiental. Após discussões e debates, é instituído o Ibama [...]

Em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM/PR que retirou do Ibama a atribuição de formular a política nacional do meio ambiente. Em 1992, a SEMAM/PR foi transformada em Ministério do Meio Ambiente (MMA) (MMA, 2014c).

A publicação do relatório *Brundtland* provocou um processo de debate, que culminou na realização da "Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)", no Rio de Janeiro, em junho de 1992, conhecida como ECO-92 que marcou o

histórico do desenvolvimento sustentável. Na ECO-92, os países reconheceram que era necessária cooperação entre os atores internacionais nos assuntos relacionados ao meio ambiente e a poluição atmosférica. Nesse encontro, foram produzidos importantes documentos que buscavam incentivar um desenvolvimento que integrasse as dimensões econômica, social e ambiental, como, a Agenda 21, como relatado por COLAÇO (2014, p. 8-9):

[...] estiveram presentes 178 delegações, inclusive chefes de estado ou de governo, de 115 países que além de dar grande visibilidade a uma série de questões ambientais perante a opinião pública, produziu a Declaração do Rio, a Agenda 21 e ainda a assinatura das Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e sobre Biodiversidade. Tratou ainda de assuntos como a subscrição de documentos de fixação de princípios normativos e/ou de linhas políticas a serem adotadas pelo governo como a Declaração de Princípios sobre as Florestas; a fixação de temas para próximas reuniões da ONU e ainda as agendas de conferências internacionais sobre a questão da estabilização do lançamento de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento da temperatura da Terra, assunto ligado à Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima; e ainda a criação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (*Commission on Sustainable Development*) com a incumbência de acompanhar a implementação da Declaração do Rio e da Agenda 21.

A Agenda 21 é uma relação de compromissos a ser alcançados e adotados pelos países membros das Nações Unidas, indicando compromissos que devem ser cumpridos no curto, médio e longo prazo. O AGENDA 21 COMPERJ (2014, p. 1) define a Agenda 21 como:

... um guia capaz de unir métodos de proteção da natureza, eficiência econômica e justiça social. A Agenda 21 prevê ações concretas que devem ser empreendidas pelos governos e pela sociedade civil, nas esferas internacional, nacional e local. Além de especificar metas, o documento descreve como essas devem ser atingidas, ressaltando princípios básicos como: participação de todos os grupos, informação e transparência

A Agenda 21 estabelecida na ECO-92 é um instrumento norteador, conhecido por Agenda 21 Global, para que cada país desenvolva sua própria agenda considerando as peculiaridades de sua região e a participação popular.

A Agenda 21 brasileira foi construída durante 1996 a 2002 por meio da participação de diversos setores da sociedade (governo, setor produtivo e sociedade civil) e coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS). A agenda apresentou seis temas principais que indicavam os caminhos para alcançar o desenvolvimento sustentável: Cidades Sustentáveis; Agricultura Sustentável; Infraestrutura e Integração Regional; Redução das Desigualdades Sociais; Gestão dos Recursos Naturais; Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (UNIVERSO AMBIENTAL, 2014).

Em 2003, a Agenda entrou na fase de implementação e foi colocada como um Programa do Plano Plurianual – Programa Agenda 21, o que lhe proporcionou maior alcance, força e destaque como política pública. O programa apresentava três ações estratégicas: “implementar a Agenda 21 Brasileira; elaborar e implementar as Agendas 21 Locais e a formação continuada em Agenda 21” (MMA, 2014d).

A Agenda 21 Local permite que cada cidade, municípios, bacias hidrográficas, regiões metropolitanas ou consórcios intermunicipais adote compromissos que estão de acordo com a sua realidade e com respeito às condições locais e à comunidade. A criação da Agenda 21 Local envolve a sensibilização do governo e sociedade, criação do Fórum de Agenda 21 Local, elaboração de diagnóstico participativo e um plano local de desenvolvimento sustentável (MMA, 2014e).

Enfim, a agenda 21 evidencia que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado por meio de uma gestão integrada e eficiente, com a cooperação entre todos os setores da sociedade e da educação e conscientização da população sobre a necessidade de desenvolver práticas sustentáveis que permita o desenvolvimento atual e das futuras gerações.

Em função da preocupação com as questões ambientais, sob influência das discussões mundiais sobre o problema e da Agenda 21, em 1999, o Ministério do Meio Ambiente criou a Agenda Ambiental da Administração Pública, que em 2001 se tornou o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P para que todos os níveis da administração pública - municipal, estadual e federal - possam adotar em suas estruturas os princípios de sustentabilidade. O MMA (2014f, p. 8) define a A3P como:

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é um programa de gestão que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. A inserção desses critérios envolve mudanças comportamentais e transformações nas ações públicas relacionadas às prioridades de investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, construções sustentáveis, gerenciamento de resíduos sólidos e uso racional dos recursos naturais e bens públicos. A sustentabilidade também tem que contribuir para a melhoria na qualidade de vida e segurança no ambiente do trabalho.

A A3P tem como objetivo reduzir desperdícios de recursos utilizados na administração por meio do uso racional e sensibilização de gestores e servidores para que adotem princípios sustentáveis em suas atividades. Ao “dar o exemplo”, as instituições públicas tendem a incentivar que empresas e a sociedade adotem o desenvolvimento sustentável em suas rotinas de trabalho.

Para alcançar seus objetivos a A3P foi desenvolvida em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gerenciamento de resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores, contratações públicas sustentáveis e construções sustentáveis (MMA, 2014g).

O uso racional de recursos naturais e bens públicos se refere a ações de economicidade, otimização do uso dos recursos naturais e bens públicos e redução do desperdício. Este item busca o consumo eficiente de materiais de escritório como papel, consumo de água e energia, copos plásticos, transporte e outros (MMA, 2014f).

O gerenciamento de resíduos sólidos busca a destinação adequada dos resíduos gerados pelas instituições públicas, a adoção da reciclagem, a logística reversa. O gerenciamento dos resíduos sólidos foi definido e regulamentado por meio da Lei N° 12.305/2010 que trata a Política Nacional de Resíduos (MMA, 2014f).

A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa promover a satisfação e o bem-estar do servidor no trabalho por meio de ações que permitam a integração social entre os servidores, a criação de um ambiente com bom relacionamento e respeito entre funcionários e a melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho evitando ruído e condições insalubres (MMA, 2014f).

A Sensibilização e capacitação dos servidores busca desenvolver a consciência cidadã. Por meio de ações de capacitação, o servidor pode desenvolver competências, habilidades e atitudes para que possa contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável, alterando padrões de consumo e sendo um multiplicador sobre a necessidade de promover o consumo consciente dos recursos naturais.

O eixo Contratações Públicas Sustentáveis – CPS incentiva a administração pública a adquirir bens, contratar serviços, obras e reformas adotando critérios de sustentabilidade. O Decreto n° 7.746/2012 estabeleceu práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e instituiu a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP (MMA, 2014f; MMA, 2014h).

Para o eixo Construções Sustentáveis, busca-se edificações e ambientes que devem ser erguidos de forma sustentável, com ações que reduzam e otimizem o consumo de materiais e energia e que haja redução dos resíduos gerados e preservação do ambiente natural. Aos prédios

já construídos, pode-se adotar sistema de reaproveitamento e reuso das águas e tornar o sistema de iluminação eficiente (MMA, 2014f).

A A3P possui 211 instituições públicas municipais, estaduais e federais que aderiram de forma voluntária ao programa (MMA, 2014i).

Para aderir a A3P, a instituição deve criar uma comissão que deve sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa. A comissão deverá realizar o diagnóstico da instituição considerando os eixos temáticos da A3P e identificar pontos que devem ser aperfeiçoados. O próximo passo consiste na construção do plano de Gestão Socioambiental com objetivos, ações, as metas a serem alcançadas, descrição das responsabilidades, medidas de monitoramento, avaliação, indicadores e prazos. Como uma das atividades para implantação do plano está o desenvolvimento de campanhas para envolver e incentivar a participação dos servidores e, por fim, a avaliação que pode ser feita por meio de indicadores e publicação de relatórios de forma transparente e de fácil acesso aos servidores e a sociedade (MMA, 2014f).

O MMA mantém cartilhas e orientações atualizadas que ajudam as instituições públicas a desenvolverem o programa. Construiu uma lista com alguns indicadores para nortear e ajudar as instituições a realizarem o monitoramento de seus planos de gestão ambiental (os indicadores sugeridos pela A3P estão descritos no anexo A) (MMA, 2014k).

No setor privado, para alcançar a sustentabilidade as empresas adotam o sistema de gestão ambiental – SGA. Este sistema permite a melhoria do desempenho das empresas, pois integra o planejamento com o meio ambiente e com a legislação. A ISO 14001:2004 traz os requisitos para a implantação de um sistema de gestão ambiental nas empresas. RIEKSTI (2014, p. 1-2) descreve a ISO nº 14.001:2004 como:

A certificação ISO nº 14.001:2004 A família de normas ISO 14000 trata de gerenciamento ambiental, indicando às empresas o que devem fazer para minimizar os impactos ambientais de suas atividades e melhorar continuamente seu desempenho ambiental (ISO, s.d.). A família contempla as seguintes normas:

- ISO 14001: trata dos principais requisitos para as empresas identificarem, controlarem e monitorarem seus aspectos ambientais, através de um sistema de gestão ambiental [...]
- ISO 14004: complementa a ISO 14001 provendo diretrizes adicionais para implantação de um sistema de gestão ambiental.

As empresas com a certificação ISO nº14001, possuem o compromisso com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental, se tornam mais competitivas visto que possuem rotinas com menores custos, por reduzirem o consumo de água, energia e matérias-primas necessárias,

agem de acordo com a legislação ambiental local e tem uma boa imagem junto a sociedade, pois operam respeitando o ambiente, o trabalhador e a sociedade. A certificação ISO pode ser obtida tanto por empresas públicas quanto privadas, e pode ser utilizada pelos órgãos públicos para alcançar objetivos sustentáveis e tornar evidente seu comprometimento com a melhoria ambiental (LEMOS, 2014).

Em função da grande necessidade das organizações públicas adquirir bens e serviços, o Estado é capaz de criar mecanismos para alcançar impactos positivos para toda a sociedade, ou seja, o Estado pode estabelecer regras em suas contratações de bens e serviços para alcançar a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado.

Por meio das compras públicas, o Estado pode utilizar seu poder de compra para direcionar o crescimento de determinado setor da economia. Essa característica do poder do estado é apresentada no Portal de Contratações Públicas (BRASIL, 2014a, p. 1):

Na verdade, o Estado deve usar o poder de compra para implementar políticas públicas, alocando o gasto dos recursos públicos de forma eficiente e otimizando o gasto investido. Esta forma de uso do poder de compra representa um novo paradigma nas compras públicas brasileiras. Alocar os recursos de forma eficiente representa bem mais do que obter bons preços, dar transparência e rigidez formal aos procedimentos. Trata-se, na verdade, de maximizar os recursos públicos alocando-os em setores estratégicos e relevantes para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Visto que as compras do Estado são responsáveis por 10% do PIB, o Estado tem capacidade e poder para incentivar a produção sustentável e o investimento em tecnologia. Desta forma, as licitações públicas podem promover a obtenção de produtos e serviços mais vantajosos para administração e dentro dos padrões de sustentabilidade com respeito ao meio ambiente e a condições dignas de desenvolvimento (BRASIL, 2014b).

Diante dessa perspectiva e da necessidade de dar maior apoio ao uso racional e sustentável de recursos naturais nas instalações públicas foi publicado o Decreto nº 7.746/2012 que estabeleceu diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações públicas (BRASIL, 2014b).

O Decreto nº 7.746/2012 criou a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP que tem como objetivo propor ações, critérios e práticas de sustentabilidade nos processos licitatórios, sendo presidida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI e composta por representantes dos ministérios da Casa Civil,

do Meio Ambiente, de Minas e Energia, de Ciência Tecnologia e Inovação, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e pela Controladoria-Geral da União (MPOG, 2014).

O Decreto nº 7.746/2012, em seu artigo 16, estabeleceu que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deveriam elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável no prazo estabelecido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (BRASIL, 2014d).

Em, 12 de novembro de 2012, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI publicou a Instrução Normativa nº 10/2012, contendo as regras e prazo para a elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável (BRASIL, 2014e).

A IN MPOG nº 10/2012 estabeleceu o prazo de 180 dias para que os órgãos da administração pública federal direta, autarquias, secretarias, fundações e empresas estatais elaborassem e publicassem seus Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS). O prazo estabelecido pela Instrução Normativa foi prorrogado por 120 dias por meio da Portaria nº 12, de 10 de maio de 2013, publicada em 13 de maio de 2013 (BRASIL, 2014e).

A logística sustentável abordada no decreto consiste em um processo que coordena ações que envolve todo o ciclo de vida de um produto, ou seja, envolve o gerenciamento do produto desde o momento de sua aquisição a ações relacionadas ao seu descarte adequado, considerando em todo o ciclo a preservação do meio ambiente, a justiça social e o crescimento econômico equilibrado.

O plano deve conter inventário de bens e materiais do órgão atualizado, práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, metodologia de implementação e avaliação do plano, e ações de conscientização e capacitação (BRASIL, 2014e).

O PLS permitirá o melhor gerenciamento e aproveitamento dos recursos públicos, pois obriga que a administração tenha um diagnóstico dos itens que possui. Por exemplo, com o inventário, a administração terá informações de seus bens, que poderão ser utilizadas na avaliação das necessidades e na decisão de compras (REQUI, 2014).

A Instrução Normativa nº 10/2012 (BRASIL, 2014e, p. 3-4) estabelece sete temas que devem ser abordados no PLS. Cada tema deve constituir um plano de ação contendo objetivo, etapas de implementação, metas a serem alcançadas, recursos necessários, responsabilidades e cronograma, e seus resultados serão avaliados semestralmente pela comissão gestora:

Art. 8º As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II – energia elétrica;

III – água e esgoto;

IV – coleta seletiva;

V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e

VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

A construção do PLS deve observar programas já existentes como Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, Coleta Seletiva Solidária, entre outros. Desta forma, o PLS visa consolidar todos os projetos voltados ao meio ambiente, permitindo maior acompanhamento de dados e resultados (BRASIL, 2014e).

A obrigatoriedade da criação dos PLS demonstra a preocupação dos gestores públicos em desenvolver junto aos órgãos o uso racional dos recursos públicos, incentivando a gestão compartilhada e criando mecanismos para que todas as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável possam ser acompanhadas não só pelos gestores mas por toda a sociedade.

A instrução traz exemplos de práticas de sustentabilidade e de uso racional de materiais e serviços que podem ser utilizadas pelos órgãos na criação de seus PLS e alguns indicadores para avaliar o alcance dos resultados (a resolução e seus anexos constam no anexo B).

Um instrumento que pode ser utilizado para avaliar aspectos de gestão ambiental nos órgãos públicos é o relatório de gestão. O relatório de gestão é elaborado pelos órgãos públicos para que haja a prestação de contas em atendimento ao parágrafo único do art. 70 e 71 da Constituição Federal (BRASIL, 2014f, p. 30-31) apresentado no sítio do TCU (2014a):

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Desta forma, órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, incluídas as fundações e empresas estatais, devem encaminhar anualmente, para a apreciação do Tribunal de Contas da União, seus relatórios de gestão obedecendo os conteúdos e a forma descrita em decisão normativa, conforme instrução normativa IN TCU nº 63/2010 (CGU, 2014a).

Para o ano de 2013, a Decisão Normativa DN TCU nº 127/2013: estabeleceu as unidades, os conteúdos e os prazos relacionados à elaboração dos relatórios de gestão de 2013 e a Portaria TCU nº 175/2013 descreveu a estrutura dos conteúdos do relatório de gestão de 2013 (TCU, 2014b).

Para a questão da sustentabilidade, a Portaria TCU nº 175/2013 exigiu a descrição de aspectos relacionados aos procedimentos adotados nas licitações e informações referentes ao consumo de água, energia e papel bem como adesão a programas de gestão de sustentabilidade por meio do preenchimento de questionários (os modelos dos quadros que devem ser preenchidos pelos órgãos constam no anexo C) (CGU, 2014b).

É possível identificar que a questão ambiental é importante e tem sido bastante discutida pelos diversos setores da sociedade. Ao longo dos anos, a problemática ambiental ganhou espaço e relevância, fato que tem motivado a mudança comportamental das pessoas, de empresas e países em todo o mundo.

Após ciência dos esforços dedicados a construção do desenvolvimento sustentável e tendo em vista que os órgãos do Estado devem dar exemplo evitando o desperdício e adotando métodos sustentáveis na prestação de serviços públicos, este trabalho realiza uma análise dos Planos de Gestão de Logística Sustentável apresentados pelos Ministérios e avalia como a gestão ambiental está sendo desenvolvida pelos órgãos públicos.

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Quanto ao objetivo, a pesquisa é do tipo exploratória, que tem como objetivo a familiarização com o problema (SILVA, 2001). Neste caso, busca-se um maior conhecimento sobre o tema gestão ambiental nas organizações públicas.

O estudo exploratório foi utilizado para conhecer como a Agenda 21 foi construída, entender como a A3P foi desenvolvida, os conceitos envolvidos nos planos de logística sustentável- PLS. Esse estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica que há a consulta de consulta a livros, revistas, legislações, portais eletrônicos e outras fontes.

Foi utilizado o procedimento técnico conhecido como pesquisa documental, que utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico (SILVA, 2001). A obra de SÁ-SILVA(2009, p 5-6) traz as diferenças entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica:

Oliveira (2007) faz uma importante distinção entre essas modalidades de pesquisa. Para essa autora a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (p. 69). Argumenta que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (p. 69). Ela se posiciona sobre a pesquisa documental: “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (p. 69).

Neste trabalho, foram considerados os documentos divulgados nos sítios dos Ministérios. Para avaliação da gestão ambiental foram considerados o Plano de Logística Sustentável dos Ministérios apresentados em 2013 e o Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentados pelos Ministérios aos órgãos de controle interno e externo para prestação de contas 2014 (BRASIL, 2014g; TCU, 2014c).

As informações presentes nos documentos foram coletadas e analisadas. Para realizar a coleta de dados, foram construídas cinco tabelas contendo aspectos relevantes e indicadores presentes na A3P, PLS e relatórios de gestão.

As tabelas contêm alguns indicadores presentes na A3P, no anexo II a IN/MPOG nº10/2012e no Quadro do Relatório de Gestão de 2013.

Essas tabelas abordam aspectos de material de consumo, coleta seletiva, compras sustentáveis, qualidade de vida e sensibilização dos servidores, que são temas obrigatórios nos planos de logística sustentável.

As tabelas apresentam questões necessárias para avaliar a gestão ambiental, contendo questões com respostas do tipo SIM ou NÃO, solicita a descrição de ações adotadas, sugere a inserção de exemplos de ações e há espaço para inserção de alguma observação, quando necessário.

O tratamento e a interpretação dos dados foram realizados de forma qualitativa. Estes documentos podem ser classificados como dados secundários, ou seja, foram coletados e tabulados pelos próprios órgãos públicos e disponibilizados em seus sítios.

3.2 Caracterização do objeto o fenômeno de estudo

O objeto de estudo são os planos de logística sustentável e relatórios de gestão dos Ministérios. A escolha dos Ministérios se deve ao fato de que estes órgãos participam das decisões governamentais e, em função disso, podem direcionar a criação de políticas públicas que incentivem a sustentabilidade (BRASIL, 2014h). Foram acessados os PLS e relatórios de gestão dos ministérios descritos a seguir:

1. Ministério da Cultura- MinC;
2. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
3. Ministério das Comunicações - MC;
4. Ministério do Meio Ambiente - MMA;

A escolha destes Ministérios se deve a importância de suas políticas e competências. O MMA tem a função de criar metodologias para preservar o meio ambiente, o MC visa a dar acesso a população aos serviços de comunicação, o MTE deve estimular condições dignas de trabalho e o MinC deve preservar a cultura e particularidades de cada comunidade, Enfim, estes

ministérios são responsáveis pela promoção de políticas que são fundamentais para que haja o alcance do desenvolvimento sustentável do país.

A Análise dos documentos: Planos de Logística Sustentável e Relatórios de Gestão de 2013 permite verificar quais ações cada Ministério estudado vem realizando para alcançar o desenvolvimento sustentável e permite avaliar se estão adotando métodos sustentáveis na prestação de serviço público.

3.3 População e amostra (ou participantes)

O estudo envolve os seguintes documentos: Planos de Logística Sustentáveis de 2013 e Relatórios de Gestão de 2013 de quatro Ministérios.

Os Planos de Gestão de Logística Sustentável de 2013 foram normatizados por meio da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, publicada em 14 de novembro de 2012, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A forma de apresentação dos PLS foi definida pela Instrução Normativa nº 10/2012 (BRASIL,2014e) que descreve a obrigatoriedade de versar sobre ações sustentáveis para material de consumo, energia elétrica; água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal. O PLS visa consolidar todos os projetos voltados ao meio ambiente, permitindo maior acompanhamento de dados e resultados (BRASIL, 2014e).

Foram considerados também os relatórios de gestão de 2013 dos órgãos públicos publicados no sítio do Tribunal de Contas - TCU por meio do endereço <https://contas.tcu.gov.br/econtrole/Web/EControle/ConsultaPublica/ConsultaPublicaRelatorioGestao.faces?ano=2013>. A forma de preenchimento deste documento foi descrita por meio da Portaria TCU nº 175/2013. A análise focou apenas nos quadros 8.1 e 8.2 que descrevem aspectos relacionados a sustentabilidade nas licitações e informações referentes ao consumo de água, energia e papel (TCU, 2014c).

Os planos e seus resultados devem estar disponíveis nos sítios de cada órgão. Por meio do sítio de Contratações Públicas Sustentáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão, disponível no endereço: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/recursos>, é possível encontrar catalogados os PLS de alguns órgãos (BRASIL, 2014g).

Os relatórios de gestão de 2013 dos órgãos públicos são publicados no sítio do Tribunal de Contas - TCU por meio do endereço <https://contas.tcu.gov.br/econtrole/Web/EControle/ConsultaPublica/ConsultaPublicaRelatorioGestao.faces?ano=2013> (TCU, 2014c).

3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Considerando os indicadores da A3P, os quadros dos relatórios de gestão e a Instrução Normativa MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012, foram elaboradas cinco tabelas contendo questões para analisar os planos de sustentabilidade dos órgãos públicos.

As tabelas abordam os seguintes temas:

1. Consumo de materiais;
2. Coleta Seletiva;
3. Compras Sustentáveis;
4. Saúde e qualidade de vida; e
5. Sensibilização dos servidores.

As tabelas 1, 2 e 5, que versam sobre consumo de materiais, coleta seletiva e sensibilização dos servidores, respectivamente, foram elaboradas com alguns itens presentes nos indicadores da A3P e nos indicadores do anexo II a IN/MPOG nº10/2012.

A tabela 3, que traz questões sobre compras sustentáveis, contém alguns dos indicadores presentes no Quadro do Relatório de Gestão de 2013. E a tabela 4, que aborda itens sobre saúde e qualidade de vida, foi elaborada pelo autor e indicadores da A3P.

A tabela 1 se refere ao consumo de materiais, o objetivo é verificar se o órgão apresenta acompanhamento do gasto do material, que políticas foram desenvolvidas para reduzir o consumo e se foi adotada alguma ação para alterar o perfil de consumo como a substituição do item por outro sustentável. Por exemplo, para o recurso “copo descartável”; verifica se há acompanhamento do consumo; descreve a política adotada para reduzir o consumo, como, adoção de canecas ou redução de oferta de copos para os servidores; e como ação para alterar

o perfil de consumo de determinado recurso, pode-se citar a aquisição de copos permanentes pelo órgão.

Tabela 1. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para substituição.

Recurso	Existe acompanhamento de consumo do item? Sim/Não	Política utilizada e/ou proposta para reduzir o consumo?	Ação adotada para alterar o consumo?
Papel			
Copo descartável			
Cartucho de impressão			
Água			
Energia			
Telefone			
Transporte			

Fonte: Indicadores da A3P e da IN/MPOG nº10/2012.

Já para avaliar as práticas de coleta seletiva do órgão, foram apresentados alguns questionamentos para avaliar como o órgão gerencia seus resíduos (tabela 2). Por exemplo, no caso de pilhas e baterias, verifica-se se há posto de coleta; para o papel, questiona-se se há lixeiras para o descarte apropriado nas estações de trabalho.

Tabela 2. Avaliação da prática de coleta seletiva adotada.

Resíduo	Tratamento adotado?	Resposta
Pilhas e baterias	Há locais para descarte de pilhas e bateria?	
Lâmpadas	Há a pratica da logística reversa?	
Papel	Foram disponibilizadas lixeiras para que o papel seja descartado adequadamente nas estações de trabalho?	
Copo descartável	Há coletores de copos descartáveis?	
Papel /papelão/plástico	Há termo de compromisso com associação de catadores?	
Resíduo eletrônico	Há a pratica da logística reversa?	
Lixo	Foram disponibilizadas lixeiras para separação do lixo orgânico, metal, plástico, papel, nas estacoes de trabalho?	

Fonte: Indicadores da A3P e da IN/MPOG nº10/2012.

Para o item de compras sustentáveis avalia-se como o órgão vem direcionando suas licitações e se está considerando aspectos que prezam pela justiça social e desenvolvimento sustentável (tabela 3). Por exemplo, é analisado se o órgão tem buscado comprar produtos que não degradam o ambiente e de empresas com critérios de sustentabilidade.

Tabela 3. Avaliação da prática de compra sustentável.

Compras Sustentáveis	Resposta
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações?	
Aquisição de produtos é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	
Aquisição de lâmpadas, baterias que colaboram para o menor consumo de energia	
Aquisição de equipamentos de TI com especificações sustentáveis – TI verde	
Participa de compras compartilhadas?	
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental?	

Fonte: Relatório de Gestão 2013 – TCU.

A promoção da qualidade de vida no trabalho pode desenvolver e manter a motivação e o comprometimento dos servidores. Ao manter um ambiente saudável e benéfico, tanto a organização quanto os servidores saem ganhando, pois o trabalho se torna mais humanizado, ocorre a diminuição de acidentes de trabalho, absenteísmos e insatisfação. Neste sentido, será analisado quais práticas os órgãos têm adotado para promover a qualidade de vida no trabalho, conforme tabela 4 (ALVES,2011).

Tabela 4. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no PLS.

Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	
Aspectos	Resposta
Orientação nutricional	
Ginastica laboral	
Preparação para aposentadoria	
Controle de álcool e drogas	
Redução do stress no trabalho	
Atividades de integração	

Treinamentos e capacitação	
Avaliação de desempenho	
Segurança no ambiente de trabalho	

Fonte: Elaborado pelo autor e indicadores da A3P.

Quanto às atividades para promover a sensibilização dos servidores relacionadas a temática ambiental, verifica-se que ações de capacitação o órgão tem realizado para alterar o comportamento dos servidores para que estes adotem verdadeiramente o consumo consciente, verifica se existe a reutilização de materiais e ações de reciclagem. A tabela 5 apresenta as ações a serem consideradas na análise.

Tabela 5. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis.

Ações	Respostas
Disponibilização na intranet de informações sustentáveis do órgão como o PLS, A3P...	
Publicação de resultados alcançados	
Promoção de Cursos	
Distribuição de cartilhas e informativos sobre o meio ambiente	
Promoção de Palestras	
Disponibilização de cartazes e etiquetas para lembrar a necessidade de reduzir o uso de papel, copos descartáveis e separar lixo	
Visita às cooperativas de catadores	

Fonte: Indicadores da A3P e da IN/MPOG nº10/2012.

Para responder os itens descritos nas tabelas de 1 a 5, foram consultados os documentos de Planos de Logística Sustentável e o Relatório de Gestão do exercício de 2013 dos quatro Ministérios.

Após leitura dos documentos, foi realizado o preenchimento das tabelas com dados dos quatro Ministérios, em seguida, foi realizada a comparação das práticas adotadas por tema, por exemplo, para o tema coleta seletiva, foram avaliadas e comparadas as práticas desenvolvidas por cada Ministério.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Ministério da Cultura (MinC)

O Ministério da Cultura (MinC) é um órgão da administração pública federal direta, foi criado por Decreto presidencial, em 1985, a partir do desmembramento do Ministério da Educação e Cultura. A atual estrutura regimental do MinC é regida pelo Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que tem como área de competência a política nacional de cultura e proteção do patrimônio histórico e cultural. O MinC (2014a, p. 1) trabalha a concepção de cultura articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica:

A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc.

A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável.

O MinC, ao trabalhar a cultura de forma integrada e abrangendo aspectos econômicos, simbólicos e cidadão, mostra que a cultura é fundamental para o desenvolvimento sustentável pois valoriza e preserva as particularidades de cada região.

Para avaliação da gestão ambiental do MinC, foram considerados o Plano de Logística Sustentável do Ministério da Cultura, apresentado em setembro de 2013, e o Relatório de Gestão do exercício de 2013 da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura apresentado aos órgãos de controle interno e externo para prestação de contas em março de 2014 (MINC, 2014b; MINC, 2014c).

O primeiro aspecto de análise que trata dos itens de consumo de materiais. O MinC descreve em seu plano de logística que pretende adotar medidas para reduzir o consumo de todos os recursos com o uso racional e evitando desperdícios. Um aspecto bastante importante adotado no MinC é a adoção de tecnologia de desmaterialização de processo, que consiste na

transferência para o meio digital de todo o trâmite, validação e certificação de documentos, possibilitando a redução de papel.

Tabela 6. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para alteração de consumo para o MinC.

Recurso	Acompanhamento de consumo do item? Sim/Não	Ação utilizada e/ou proposta para reduzir o consumo?	Ação adotada para alterar o consumo do recurso?
Papel	Sim	Impressão frente e verso, Incentivar formatação Ilhas de impressão Redução de papel fornecido pelo almoxarifado	Utilizar tecnologia de desmaterialização de processo e documentos
Copo descartável	Sim	Reduzir copos descartáveis disponíveis Incentivar o uso de caneca	Utilização de copos de vidro e xicaras
Cartucho de impressão	Não	Configurar rascunho Utilizar ecofonte Impressão na cor preta	
Água	Sim	Rever instalações sanitárias Detectar vazamentos Substituição de torneiras e descargas por modelos mais econômicos	Captação de água da chuva para suprir sanitários Utilizar produtos biodegradáveis para remoção de sujeira nos carros
Energia	Sim	Revisar contrato de luz Adequar infraestrutura elétrica Redução do número de lâmpadas fluorescentes	Ligar luz somente onde não há iluminação natural
Telefone	Não	Regulamentado o uso de telefonia fixa e móvel quanto ao limite de custo	Uso de mensagens instantâneas
Transporte	Não	Manutenção periódica da frota Aquisição de veículo de baixo impacto poluidor Locação de veículos que utilizam biocombustíveis	Implementar sistema de vídeo conferencia Uso de motocicleta para entrega de documentos

Para a coleta seletiva, verifica-se que o Ministério da Cultura deve adquirir coletores específicos para que o lixo seja descartado e separado de forma adequada nas estações de trabalho, permitindo a reutilização e reciclagem.

Tabela 7. Avaliação da pratica de coleta seletiva adotada no MinC.

Resíduo	Tratamento adotado?	Resposta
Pilhas e baterias	Há locais para descarte de pilhas e bateria?	Sim
Lâmpadas	Há a pratica da logística reversa?	Não
Papel	Foram disponibilizadas lixeiras para que o papel seja descartado adequadamente nas estações de trabalho?	Não, cada servidor tem apenas uma única lixeira.
Copo descartável	Há coletores de copos descartáveis?	Sim
Papel /papelão/plástico	Há termo de compromisso com associação de catadores?	Sim, termo de compromisso pactuado pelo Ministério do Meio Ambiente e Minc é coparticipe.
Resíduo eletrônico	Há a prática da logística reversa?	Não
Lixo	Foram disponibilizadas lixeiras para separação do lixo orgânico, metal, plástico, papel, nas estacoes de trabalho e no Ministério?	Não

Quanto às compras sustentáveis, verifica-se que o Ministério da Cultura em seu plano de logística criado em 2013, não participa das compras compartilhadas, mas observa aspectos sustentabilidade em suas licitações e contratos.

Tabela 8. Avaliação da prática de compra sustentável adotada no MinC.

Compras Sustentáveis	Resposta
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações?	Sim, o ministério tem observado a lei 12349 /2010 em que a licitação deve garantir a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
Aquisição de produtos é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. Produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	Sim, há a preferência por produtos reciclados como papel e envelopes, preferência por material de limpeza na forma de refil e tensoativos biodegradáveis.
Aquisição de lâmpadas, baterias que colaboram para o menor consumo de energia e	Sim,
Aquisição de equipamentos de TI com especificações sustentáveis – TI verde	Sim

Participa de compras compartilhadas?	Não
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental?	Sim

Quanto às atividades a serem desenvolvidas para promover a qualidade de vida no trabalho, foi possível identificar que o Ministério da Cultura tem adotado medidas para que os servidores possam se sentir mais confortáveis no ambiente. Dentre eles, está a adoção de critérios ergonômicos que é primordial para que o servidor não tenha danos em sua saúde como alguma lesão provocada pelo uso de cadeiras inadequadas e postura incorretas.

Tabela 9. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no Minc.

Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	
Aspectos	Resposta
Orientação nutricional	Não
Ginastica laboral	Não
Preparação para aposentadoria	Sim, banco de conhecimento para troca de experiência entre servidores ativos e inativos
Controle de álcool e drogas	Não
Redução do stress no trabalho	Sim, criação de sala de descanso
Atividades de integração	Sim, estudo de ambientes para promoção de integração
Treinamentos e capacitação	Sim, ampliação de atividades para o desenvolvimento de habilidades
Avaliação de desempenho	Não
Segurança no ambiente de trabalho	Sim, constituir brigada de incêndio e primeiros socorros

Quanto às atividades para promover a sensibilização dos servidores quanto a questões ambientais, verifica-se que o ministério tenta promover cursos e palestras relacionadas ao meio ambiente, coloca adesivos e cartazes e tenta realizar visitas às cooperativas de catadores. As visitas às cooperativas pode tornar a sensibilização mais eficaz pois permite que o servidor vivencie a realidade.

Tabela 10. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis no MinC

Ações	Respostas
Disponibilização na intranet de informações sustentáveis do órgão como o PLS, A3P...	Não
Publicação de resultados alcançados	Não
Promoção de Cursos	Sim
Distribuição de cartilhas e informativos sobre o meio ambiente	Não
Promoção de Palestras	Sim
Disponibilização de cartazes e etiquetas para lembrar a necessidade de reduzir o uso de papel, copos descartáveis e separar lixo	Sim
Visita às cooperativas de catadores	Sim

4.2 Ministério do Trabalho e Emprego –MTE

O Ministério do Trabalho e Emprego –MTE é um órgão da administração pública federal direta. Foi criado por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTE, 2014a).

Em 1999, o Ministério passou a ser denominado Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Medida Provisória nº 1.799, de 1º de janeiro de 1999. A atual estrutura regimental do MTE foi estabelecida pelo Decreto nº 5.063, de 03/05/2004 (MTE, 2014a).

O MTE tem como assuntos de competência: a política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; a política e diretrizes para a modernização das relações do trabalho; a fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; a política salarial; a formação e desenvolvimento profissional; a segurança e saúde no trabalho; a política de imigração; e o cooperativismo e associativismo urbanos (MTE, 2014a, MTE, 2014b).

Para avaliação da gestão ambiental do MTE foram considerados o Plano de Logística Sustentável do Ministério do Trabalho e Emprego, apresentado em setembro de 2013, e o Relatório de Gestão do exercício de 2013 da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego apresentado aos órgãos de controle para prestação de contas em 2014 (MTE, 2014c, MTE, 2014d).

Quanto ao aspecto de análise sobre os itens de consumo de materiais, o MTE descreve em seu plano de logística que pretende adotar medidas para racionalizar os custos de consumo de energia, água e esgoto, telefonia, matérias de expediente, incluindo papel e cartucho de impressão, copos descartáveis e o deslocamento de pessoal. Como medida para alterar o perfil de consumo de água, o MTE pretende instalar itens mais eficientes e de menor consumo de água.

Tabela 11. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para alteração de consumo para o MTE.

Recurso	Acompanhamento de consumo do item? Sim/Não	Ação utilizada e/ou proposta para reduzir o consumo?	Ação adotada para alterar o consumo do recurso?
Papel	Sim	Impressão frente e verso; Redução de papel adquirido; Compra de papel reciclado.	
Copo descartável	Sim	Reduzir consumo de copos descartáveis; Utilização de copos descartáveis fabricados com material reciclado.	
Cartucho de impressão	Sim	Configurar impressão em fonte que economize tinta.	
Água	Sim	Adquirir produtos com menor consumo de água; Instalação de torneiras com desligamento automático; Instalação de descargas com utilização reduzida de água; Instalação de mictório que não utilizem água.	Instalação de equipamentos eficientes nos banheiros
Energia	Sim	Comprar produtos com maior eficiência energética; Substituir aparelhos de ar condicionado por itens mais eficientes.	
Telefone	Não	Implementar política de controle de ligações telefônicas Bloquear linhas e ramais para ligações de telefonia móvel e interurbano	Uso de Voice over Internet Protocol – VOIP
Transporte	Não	Manutenção periódica da frota Aquisição e locação de veículo que observem a sustentabilidade	

Para a coleta seletiva, verifica-se que o MTE visa elaborar um plano de coleta seletiva solidária, mas não descreve o plano.

Tabela 12. Avaliação da prática de coleta seletiva adotada no MTE.

Resíduo	Tratamento adotado?	Resposta
Pilhas e baterias	Há locais para descarte de pilhas e bateria?	-
Lâmpadas	Há a pratica da logística reversa?	-
Papel	Foram disponibilizadas lixeiras para que o papel seja descartado adequadamente nas estações de trabalho?	-
Copo descartável	Há coletores de copos descartáveis?	-
Papel /papelão/plástico	Há termo de compromisso com associação de catadores?	-
Resíduo eletrônico	Há a prática da logística reversa?	-
Lixo	Foram disponibilizadas lixeiras para separação do lixo orgânico, metal, plástico, papel, nas estacoes de trabalho e no Ministério?	-

Quanto às compras sustentáveis, verifica-se que o MTE em seu plano de logística criado em 2013 visa fomentar compras compartilhadas, mas observa aspectos sustentabilidade em suas licitações e contratos.

Tabela 13. Avaliação da prática de compra sustentável adotada no MTE.

Compras Sustentáveis	Resposta
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações?	Sim
Aquisição de produtos é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. Produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	Sim, especificações das contratações de serviço de limpeza e copeiragem com adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e de produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis
Aquisição de lâmpadas, baterias que colaboram para o menor consumo de energia	Não
Aquisição de equipamentos de TI com especificações sustentáveis – TI verde	Sim
Participa de compras compartilhadas?	Sim
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental?	Sim

Quanto às atividades a serem desenvolvidas para promover a qualidade de vida no trabalho, o MTE pretende realizar várias reformas para melhorar o ambiente de trabalho, como, reformar os banheiros, substituir o piso acarpetado, reformar o sistema de climatização e substituição de forro e divisórias. E realiza ações anuais de prevenção em saúde com realização de exames periódicos.

Tabela 14. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no MTE.

Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	
Aspectos	Resposta
Orientação nutricional	Não
Ginastica laboral	Não
Preparação para aposentadoria	Não
Controle de álcool e drogas	Sim, campanhas antitabagismo.
Redução do stress no trabalho	Não
Atividades de integração	Não
Treinamentos e capacitação	Sim, capacitação sobre logística sustentável
Avaliação de desempenho	Não
Segurança no ambiente de trabalho	Não

Quanto às atividades para promover a conscientização dos servidores em questões do meio ambiente, verifica-se que o MTE visa desenvolver campanhas de conscientização para redução de consumo de recursos e campanhas sobre coleta seletiva e qualidade de vida no trabalho.

Tabela 15. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis no MTE

Ações	Respostas
Disponibilização na intranet de informações sustentáveis do órgão como o PLS, A3P...	Não
Publicação de resultados alcançados	Sim, capacitação sobre logística sustentável
Promoção de Cursos	Sim
Distribuição de cartilhas e informativos sobre o meio ambiente	Não
Promoção de Palestras	Não
Disponibilização de cartazes e etiquetas para lembrar a necessidade de reduzir o uso de papel, copos descartáveis e separar lixo	Não
Visita às cooperativas de catadores	Não

4.3 Ministério das Comunicações - MC

O Ministério das Comunicações foi criado por meio do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. É responsável por formular e propor as políticas nacionais para os serviços de radiodifusão, postais e de telecomunicações, e pela política nacional de inclusão digital.

O Ministério das Comunicações tem como missão “Desenvolver, de forma transparente e participativa, políticas públicas que promovam o acesso aos serviços de comunicações, contribuindo para o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a inclusão social no Brasil” (MC, 2014a).

Para avaliação da gestão ambiental do Ministério das Comunicações, foram considerados o Plano de Logística Sustentável do Ministério das Comunicações, apresentado 2013, e o Relatório de Gestão do exercício de 2013 da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Comunicações apresentado aos órgãos de controle interno e externo para prestação de contas em março de 2014 (MC, 2014b; MC, 2014c).

Quanto ao primeiro aspecto de análise sobre materiais de consumo, verifica-se que o Ministério das Comunicações visa reduzir o consumo de papel e copo. Uma ação interessante do Ministério das Comunicações é incentivar a cópia digital de processos em substituição à cópia reprográfica nas requisições de cópias de processos por terceiros, quando possível. Ao realizar tal preferência, o órgão manifesta publicamente sua preferência pelo uso racional de papel.

Tabela 16. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para alteração de consumo para o Ministério das Comunicações.

Recurso	Acompanhamento de consumo do item? Sim/Não	Ação utilizada e/ou proposta para reduzir o consumo?	Ação adotada para alterar o consumo do recurso?
Papel	Sim	Readequar requisitos de impressão Impressão frente e verso	Substituição da cópia reprográfica pela cópia digital
Copo descartável	Sim	Readequar a distribuição de copos descartáveis Incentivar o uso de caneca	Utilização de copos reutilizáveis.

Recurso	Acompanhamento de consumo do item? Sim/Não	Ação utilizada e/ou proposta para reduzir o consumo?	Ação adotada para alterar o consumo do recurso?
Cartucho de impressão	Sim	Cartuchos destinados a reciclagem	-
Água	Sim	Detectar vazamentos Troca de equipamentos com desgaste como válvulas de descarga e torneiras	
Energia	Sim	Análise de luminosidade Adequar quantidade de lâmpadas necessárias ao ambiente. Reduzir horário de funcionamento do ar condicionado Modernizar elevadores	Desligar luzes e aparelhos desnecessários após 19h.
Telefone	Não	Aquisição e instalação de nova central telefônica Implantação de software de gerenciamento de ligações telefônicas	
Transporte	Sim	Racionalização do uso da frota de veículos; Instalação de software de gerenciamento de uso da frota de veículos (acompanhar quilometragem)	

Para a coleta seletiva, verifica-se que o Ministério das Comunicações busca realizar de forma correta a destinação dos resíduos coletados contribuindo para a gestão sustentável ambiental e socioeconômica. Por meio de projetos como Projeto Esplanada Sustentável (PES) e a Coleta Seletiva Solidária, o Ministério vem trabalhando para atender aos requisitos estabelecidos pelo Decreto no 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

Tabela 17. Avaliação da pratica de coleta seletiva adotada no Ministério das Comunicações.

Resíduo	Tratamento adotado?	Resposta
Pilhas e baterias	Há locais para descarte de pilhas e bateria?	Sim
Lâmpadas	Há a pratica da logística reversa?	Sim, há o recolhimento em recipiente apropriado para que haja o descarte correto.
Papel	Foram disponibilizadas lixeiras para que o papel seja descartado adequadamente nas estações de trabalho?	Sim, Distribuição de caixas coletoras de papel rascunho.
Copo descartável	Há coletores de copos descartáveis?	Sim
Papel /papelão/plástico	Há termo de compromisso com associação de catadores?	Sim, o material reciclável é destinado a cooperativa.
Resíduo eletrônico	Há a prática da logística reversa?	Não.
Lixo	Foram disponibilizadas lixeiras para separação do lixo orgânico, metal, plástico, papel, nas estacoes de trabalho e no Ministério?	Sim, há o recolhimento em recipientes apropriados espalhados pelo edifício sede do órgão

Quanto às compras sustentáveis, verifica-se que o Ministério das Comunicações em seu PLS visa racionalizar os serviços prestados nas áreas de telefonia, vigilância, manutenção predial, limpeza e apoio administrativo. Dentre as técnicas adotadas estão a visita a outros órgãos e estudos para adequar à necessidade do órgão, bem como, considerar aspectos de sustentabilidade em suas licitações e contratos.

Tabela 18. Avaliação da prática de compra sustentável adotada no Ministério das Comunicações.

Compras Sustentáveis	Resposta
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações?	Sim, o ministério tem preferência pela aquisição de materiais indicados como sustentáveis pelo catálogo do sistema ComprasNet/MPOG.
Aquisição de produtos é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. Produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	Sim, ocorre a aquisição de papel reciclado, produtos de limpeza biodegradáveis e em refis.
Aquisição de lâmpadas, baterias que colaboram para o menor consumo de energia e	Sim, para reduzir o consumo de energia houve a instalação de sensores de presença nas escadas
Aquisição de equipamentos de TI com especificações sustentáveis – TI verde	Não
Participa de compras compartilhadas?	Não

Compras Sustentáveis	Resposta
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental?	Não

Quanto às atividades a serem desenvolvidas para promover a qualidade de vida no trabalho, foi possível identificar que o Ministério das Comunicações busca alcançar o nível máximo do índice de Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável que avalia critérios de limpeza do sistema central de ar condicionado e de adequação dos elementos de segurança predial.

Tabela 19. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no Ministério das Comunicações.

Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	
Aspectos	Resposta
Orientação nutricional	Não
Ginástica laboral	Não
Preparação para aposentadoria	Não
Controle de álcool e drogas	Não
Redução do stress no trabalho	Não
Atividades de integração	Não
Treinamentos e capacitação	Não
Avaliação de desempenho	Não
Segurança no ambiente de trabalho	Sim, limpeza dos dutos do sistema central de ar condicionado e adequação de elementos de segurança predial (quadro geral de força).

Quanto às atividades para promover a sensibilização dos servidores, o Ministério das Comunicações visa divulgar boas práticas de sustentabilidade e executar campanhas de conscientização. Um fato que chama atenção é que o Ministério possui como meta executar treinamento apenas do pessoal da limpeza responsável pela separação de resíduos, esse treinamento deveria envolver além desses funcionários, servidores interessados pelo tema.

Tabela 20. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis no Ministério das Comunicações.

Ações	Respostas
Disponibilização na intranet de informações sustentáveis do órgão como o PLS, A3P...	Sim
Publicação de resultados alcançados	Sim
Promoção de Cursos	Sim, treinamento dos funcionários da limpeza responsáveis pela coleta e separação dos resíduos.
Distribuição de cartilhas e informativos sobre o meio ambiente	Sim
Promoção de Palestras	Não
Disponibilização de cartazes e etiquetas para lembrar a necessidade de reduzir o uso de papel, copos descartáveis e separar lixo	Sim
Visita às cooperativas de catadores	Não

4.4 Ministério do Meio Ambiente - MMA

O Ministério do Meio Ambiente regulamentado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 tem como área de competência (MMA, 2014j, p. 1):

- I - política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos;
- II - política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;
- III - proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;
- IV - políticas para a integração do meio ambiente e produção;
- V - políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e
- VI - zoneamento ecológico-econômico.

A missão do MMA é “Formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável”. Desta forma, verifica-se que o órgão planeja suas ações fomentando o desenvolvimento sustentável.

Em seu PLS, o MMA descreve os critérios adotados, como por exemplo, utilização do ciclo de vida, considerar a toxicidade de materiais e produtos, incentivar o uso de produtos recicláveis ou reutilizáveis (MMA, 2014l).

Um aspecto importante presente no PLS do órgão é a preferência por comprar de empresas locais ou micro e pequenas empresas, comprar de empresas pertencentes a mulheres e a minorias, como quilombolas e indígenas, visitar as instalações dos fornecedores para garantir que os trabalhadores não estão mantidos em trabalho escravo. Essas características demonstram que o órgão considera o aspecto social em suas compras, incentivando o desenvolvimento regional e respeitando a legislação trabalhista.

Quanto ao material de consumo, o MMA visa aperfeiçoar o processo de aquisição de material, reduzir o fornecimento de papel e de copos descartáveis, adquirir materiais buscando critérios de sustentabilidade e doar materiais que não possam ser reaproveitados no órgão. Como método para reduzir o uso de papel, o órgão realizará estudo para implantar sistema digital de documentos. O órgão pretende realizar adequações tanto na rede elétrica quanto instalações hidrossanitárias na estrutura do prédio para reduzir o consumo e evitar desperdício.

Tabela 21. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para substituição do MMA.

Recurso	Existe acompanhamento de consumo do item? Sim/Não	Política utilizada e/ou proposta para reduzir o consumo?	Ação adotada para alterar o consumo?
Papel	Sim	Reduzir fornecimento de papel. Compra papel reciclado	Implantar sistema digital de documentos.
Copo descartável	Sim	Abolir copo descartável	Uso de copo reutilizável
Cartucho de impressão	Sim	Utilizar ecofonte. Impressão frente e verso.	
Água	Sim	Adequar instalação hidrossanitária. Trocar válvulas de descarga.	Reativar aproveitamento de água pluvial.
Energia	Sim	Adequar instalação elétrica. Trocar lampas de mercúrio. Utilizar interruptores manuais. Utilização de sensor de presença.	Aproveitar iluminação natural.
Telefone	Sim	Revisar contratos de telefonia.	Instalar salas de videoconferência Estudar uso de comunicação via internet.
Transporte	Não	Entrega de documento por meio de motos	Incentivar carona solidária

Recurso	Existe acompanhamento de consumo do item? Sim/Não	Política utilizada e/ou proposta para reduzir o consumo?	Ação adotada para alterar o consumo?
		Uso de transporte coletivo para os servidores.	Utilizar videoconferência para reuniões

Em relação à coleta seletiva, o MMA já realiza a coletiva seletiva e pretende adotar melhorias no método já existente. O órgão visa realizar um diagnóstico da situação atual, substituir a cooperativa de catadores de materiais recicláveis existente, trocar as placas sinalizadoras e adesivos. O órgão deseja realizar o treinamento dos funcionários da limpeza trimestralmente.

Tabela 22. Avaliação da prática de coleta seletiva adotada do MMA.

Resíduo	Tratamento adotado?	Resposta
Pilhas e baterias	Há locais para descarte de pilhas e bateria?	-
Lâmpadas	Há a pratica da logística reversa?	-
Papel	Foram disponibilizadas lixeiras para que o papel seja descartado adequadamente nas estações de trabalho?	-
Copo descartável	Há coletores de copos descartáveis?	-
Papel /papelão/plástico	Há termo de compromisso com associação de catadores?	-
Resíduo eletrônico	Há a pratica da logística reversa?	-
Lixo	Foram disponibilizadas lixeiras para separação do lixo orgânico, metal, plástico, papel, nas estacoes de trabalho?	-

Quanto às compras sustentáveis, o MMA tem como iniciativa comprar produtos sustentáveis, comprar equipamentos mais eficazes e com menor impacto ambiental. Além disso, o órgão ao contratar serviços de limpeza exige um termo de referências contendo regras para que as empresas utilizem substâncias atóxicas, considerem a economia de recursos e destinem de forma adequada os resíduos de limpeza gerados (MMA, 2014m).

Tabela 23. Avaliação da prática de compra sustentável do MMA.

Compras Sustentáveis	Resposta
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações?	Sim
Aquisição de produtos é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	Sim
Aquisição de lâmpadas, baterias que colaboram para o menor consumo de energia e	
Aquisição de equipamentos de TI com especificações sustentáveis – TI verde	Sim
Participa de compras compartilhadas?	Sim
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental?	Sim

Quanto à qualidade de vida, o MMA almeja evitar doenças ocupacionais e melhorar o ambiente da organização; para isso, incentiva que servidores participem de caminhadas e corridas de rua e uso de bicicleta. Tem como meta inserir a ginástica laboral e criar área de descanso.

Tabela 24. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no PLS do MMA.

Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	
Aspectos	Resposta
Orientação nutricional	Não, há programa para saúde da mulher e vacinação periódica dos servidores.
Ginástica laboral	Sim
Preparação para aposentadoria	Sim
Controle de álcool e drogas	Não
Redução do stress no trabalho	Sim
Atividades de integração	Sim
Treinamentos e capacitação	Sim
Avaliação de desempenho	Não
Segurança no ambiente de trabalho	Sim, aferir ruído e qualidade do ar

Para sensibilizar os servidores, o MMA deseja realizar cursos de capacitação voltados ao tema, realizar campanhas para promoção dos 5S - *Seiri* (utilização), *Seiton* (ordenação), *Seiso* (limpeza), *Seiketsu* (higiene) e *Shitsuke* (autodisciplina).

Uma iniciativa interessante é a realização de pesquisa para avaliar o conhecimento e mudança de comportamento dos servidores quanto a sustentabilidade. O resultado da pesquisa permitirá avaliar se as ações do órgão estão sendo efetivas e permitirá o aprimoramento das ações de capacitação.

Outra ação para sensibilizar o servidor é a inclusão de frases que induzam a práticas sustentáveis e consumo consciente na assinatura digital como “Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o Meio Ambiente”, “Pratique transporte solidário, ofereça carona ao seu colega de trabalho” e “Pense bem antes de imprimir”.

O órgão também incentiva a carona solidária, por meio da criação de uma ferramenta interativa, e possui um ônibus para levar os servidores a rodoviária, estas iniciativas promovem a convivência do grupo e ajudam a melhorar o clima da organização.

Tabela 25. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis do MMA.

Ações	Respostas
Disponibilização na intranet de informações sustentáveis do órgão como o PLS, A3P...	Sim
Publicação de resultados alcançados	Sim, criação de “Mural do MMA” para divulgar assuntos do PLS MMA com periodicidade mensal.
Promoção de Cursos	Sim
Distribuição de cartilhas e informativos sobre o meio ambiente	Sim, resultados divulgados para público interno e externo
Promoção de Palestras	Sim.
Disponibilização de cartazes e etiquetas para lembrar a necessidade de reduzir o uso de papel, copos descartáveis e separar lixo	Sim
Visita às cooperativas de catadores	Não

4.5 Análise Comparativa dos Planos de Logística Sustentável dos quatro Ministérios.

Por meio dos Planos de Logística Sustentável – PLS e dos relatórios de gestão de 2013 dos Ministérios estudados, verifica-se que os órgãos estão se empenhando para alcançar níveis satisfatórios de sustentabilidade na execução de suas tarefas.

Todos os órgãos estudados apresentam aspectos que visam reduzir a quantidade de papel utilizada no órgão, por exemplo, o Ministério da Cultura e o MMA visam implantar um novo sistema de gerenciamento de processos, que tende a reduzir de forma significativa a quantidade de papel utilizada. Já o Ministério das Comunicações ao preferir entregar cópias digitais a impressas demonstra para a sociedade que prefere o uso racional do papel.

Quanto ao uso do copo descartável, os órgãos buscam reduzir a quantidade ofertada de papel e incentivar o uso de canecas e copos reutilizáveis.

Quanto ao uso de cartuchos, os órgãos estão revendo os padrões de impressão para modo econômico, visam utilizar a ecofonte e destinam os cartuchos usados a reciclagem.

Para o consumo de água e luz, todos os órgãos estudados buscam adotar medidas que reduzam o desperdício, realizando reformas e trocando equipamentos antigos por aparelhos mais econômicos. Além disso, os órgãos utilizam como indicador o consumo destes recursos tanto para avaliar o perfil de consumo como para analisar a existência de vazamentos.

Quanto ao uso de telefone e transporte, os órgãos buscam acompanhar o uso destes recursos e adotar práticas que reduzam o consumo, como por exemplo, o Ministério da Cultura e o MMA que querem utilizar videoconferências como mecanismo para reduzir custos com transporte e o MTE que realiza a manutenção da frota.

Por meio do projeto “Coleta Seletiva Solidária”, os órgãos e entidades da administração pública já destinam os resíduos recicláveis às cooperativas e associações de catadores desde 2006 e promovem o desenvolvimento destes trabalhadores com a geração de renda e inclusão social. Este projeto foi estabelecido pelo Decreto nº 5940/2006, que instituiu a Coleta Seletiva no âmbito da Administração Pública Federal e pela Lei nº 11.445/2007 que

estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico (INFOESCOLA, 2014; BRASIL, 2014i).

Em função disso, os órgãos pesquisados já estão bem avançados quanto a essa temática e já possuem a coleta seletiva presente em suas rotinas de trabalho. Vale ressaltar que apenas os Ministérios das Comunicações e da Cultura relataram em seus PLS e relatório de gestão, a existência de lixeiras apropriadas nas estações de trabalho o que permite aos servidores separar as folhas que podem ser reutilizadas adequadamente. Para que haja uma melhor coleta e destinação correta do lixo, devem ser disponibilizadas lixeiras próximas ao servidor para que o mesmo possa participar e cooperar efetivamente com a separação do lixo.

Em suas licitações e compras, os órgãos estudados estão adotando os critérios da Lei nº 12.349/2010 em que a licitação deve garantir a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Desta forma, os órgãos têm usado o poder de compra do Estado para promover desenvolvimento sustentável, provocando o investimento em tecnologias limpas, respeitando o desenvolvimento nacional, incentivando pequenos negócios, promovendo a distribuição de renda e preservando características regionais.

Outros aspectos considerados na compra sustentável são produtos mais econômicos, consideração da relação da qualidade e durabilidade, preferência por produtos que não destruam o meio ambiente, biodegradáveis, reciclados e não tóxicos. Na manutenção de prédios, os órgãos têm escolhido produtos e técnicas que resultem na maior economia de recursos e reduzam o impacto ambiental.

Como ações para a promoção da qualidade de vida e reduzir o consumo, os órgãos visam realizar reformas em suas estruturas para melhorar as instalações elétricas e hidrossanitárias e adequar o uso do ar condicionado. Quanto a questões de segurança no trabalho, o MMA realiza medições para avaliar o ruído e a qualidade do ar.

Para melhorar a saúde do servidor, os órgãos têm realizado a ginástica laboral e incentivado a realização de exercícios físicos, bem como a realização de exames periódicos para que o servidor acompanhe sua saúde.

Para a sensibilização dos servidores, todos os órgãos realizaram atividades de treinamento relacionadas a temática de sustentabilidade, estarão disponibilizando cartazes e cartilhas para lembrar aos servidores sobre a necessidade de reduzir o consumo, e também tem

como objetivo divulgar os resultados dos Planos de logística sustentável e ações adotadas nos sítios do órgão.

No geral, os planos de logística sustentável de todos os órgãos analisados são bem parecidos e apresentam as mesmas ações para incentivar o desenvolvimento sustentável. A semelhança entre os PLS estudados se deve a obrigatoriedade de sua criação e a necessidade de versar sobre sete temas descritos na Instrução Normativa - material de consumo, energia elétrica, água, coleta seletiva, qualidade de vida, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável é um desafio para os empresários e governos. Para o governo, cabe o papel de incentivar o crescimento econômico aliado com o bom uso dos recursos naturais, incentivando as empresas a realizarem investimentos em tecnologias, pesquisas e práticas que reduzam impactos ambientais. Além do caráter incentivador, o governo deve adotar estratégias de fiscalização e punir empresas que não buscam aprimoramento de suas práticas e rotinas de trabalho. Aos órgãos públicos competem adotar a sustentabilidade como meta estratégica e adotar ações concretas para prestar um serviço público eficiente e em respeito ao meio ambiente.

Para alcançar um resultado satisfatório no aspecto ambiental, tanto o setor privado quanto o setor público devem adotar princípios da sustentabilidade em seus planejamentos estratégicos, desenvolvendo metas para produzir sem causar danos ao ambiente e gerar externalidades positivas com suas ações. Ou seja, empresas e governos devem considerar aspectos econômicos, sociais, ambientais em suas atividades e se empenhar para que o crescimento econômico ocorra de forma harmônica com o ambiente e com a sociedade.

O desenvolvimento sustentável deve nortear as decisões dos gestores e agentes políticos. Desta forma, ações sustentáveis devem estar presentes em toda a estrutura do governo. Com a criação dos planos de logística sustentável, o governo sinalizou que está preocupado e quer melhorar seu comportamento quanto às questões sustentáveis.

A obrigatoriedade de cada órgão da administração pública criar o PLS gerada pela Instrução Normativa nº 10/2012 demonstra uma preocupação da alta administração pública para que seus órgãos alterem suas rotinas e reduzam o desperdício.

A sensibilização da alta administração é citada como componente primordial para o sucesso da implantação e desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental – ISO 14001:2014. Assim como as empresas que possuem a certificação ISO nº 14001, a administração pública deve adequar sua estrutura para mitigar danos ambientais que suas atividades possam provocar, planejando e alocando recursos materiais e humanos de forma eficiente para que haja melhoria em seus resultados ambientais e na imagem da organização.

A análise dos planos de logística sustentável e relatórios de gestão mostram que os Ministérios têm adotado em sua estrutura aspectos importantes de gestão ambiental, existe a preocupação com a redução de consumo de recursos, com a melhoria da performance e há a

procura por mecanismos que além de reduzir o consumo promova a eficiência no desempenho das tarefas e atividades.

O governo tem usado seu poder de compra para incentivar setores da economia, privilegiando aqueles que adotam práticas sustentáveis para produzir produtos, promove a melhoria da qualidade de trabalho e vida dos catadores realizando convênios e parcerias, têm incentivado a logística reversa nas licitações e na coleta seletiva.

Os PLS's exigidos pelo governo apresentam um forte enfoque na parte econômica, ou seja, a maior preocupação dos PLS dos Ministérios estudados está relacionada com redução de consumo dos materiais e há poucas ações focando na educação ambiental e na mudança comportamental.

Provavelmente, essa maior preocupação com redução de custos pode estar relacionada com a facilidade de criar indicadores para acompanhar o consumo destes itens, como por exemplo, número de papel e copo utilizado, consumo de energia e água, e está relacionada também, com o uso eficiente do dinheiro público pela administração pública.

Como medida para sensibilizar os servidores quanto a questão ambiental, os órgãos citam em seus PLS's a realização de cursos/palestras sobre o tema e a redução da oferta de materiais de consumo, como papel e copos descartáveis, aos servidores. Uma dificuldade apresentada pelos órgãos que pode inviabilizar a aplicação dos PLS é a falta de engajamentos dos servidores.

Para alcançar a mudança comportamental e maior envolvimento dos servidores, os responsáveis pela implantação dos PLS nos órgãos devem, além de reduzir a quantidade de material, devem indicar o motivo da redução, colocando adesivos explicativos para que os servidores lembrem que devem alterar seus padrões de consumo e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Avaliar a efetividade das ações para promoção da qualidade de vida e da sensibilização de servidores é uma atividade complexa que envolve a criação de indicadores abrangentes e capazes de mensurar a qualidade e a eficácia da medida adotada.

A alteração de comportamento dos servidores é primordial para que o desenvolvimento sustentável se concretize. Com a sensibilização dos servidores, será possível fazer com que estes se tornem multiplicadores das práticas sustentáveis, ou seja, os servidores passarão a adotar ações sustentáveis tanto no trabalho quanto em seus lares e poderão

sensibilizar seus familiares e comunidades que participam a modificarem seus comportamentos de consumo, alteraram o estilo de vida e tratamento com o meio ambiente.

Com a divulgação, mais pessoas realizarão a coleta seletiva, evitando que lixos perigosos danifiquem o meio ambiente, haverá maior pressão por parte dos consumidores para que as empresas realizem a logística reversa (empresa responsável por todo ciclo de vida do produto), consumidores podem ser mais críticos nas escolhas de compra evitando a aquisição de produtos de empresas que não praticam a justiça social.

Enfim, somente com a conscientização dos servidores, da alta direção e da sociedade, será possível alcançar o nível desejado de consumo consciente, de uso racional, de justiça social, de qualidade de vida, da preservação ambiental.

Como sugestão de futuros estudos, recomenda-se avaliar o impacto provocado pelas ações de capacitação e treinamento sobre a sustentabilidade, verificando se as ações estão promovendo a conscientização dos servidores, alterando seu comportamento de consumo e se o servidor está se tornando um consumidor ecologicamente correto.

Outra sugestão de futuros estudos é a análise dos PLS desenvolvidos por outros entes da Administração Pública como agências reguladoras, fundações, universidades, secretarias, tribunais, para verificar se os resultados são similares aos dos PLS dos Ministérios estudados.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. F. **Programas e ações em qualidade de vida no trabalho**. Revista INTERFACEHS – v.6, n.1, Artigo, Abril. 2011. Disponível em <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/168/180>. Acesso em 01 nov.2014.

AGENDA21COMPERJ. Agenda 21 Comperj. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/o-projeto/agenda-21>>. Acesso em: 27 out. 2014.

BRASIL. Portal Contratações Públicas Sustentáveis. **Compras Sustentáveis**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pfwAl0YcomYJ:cpsustentaveis.planejamento.gov.br/%3Fp%3D1407+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 5 nov.2014a.

_____. Portal Contratações Públicas Sustentáveis. **Compras Sustentáveis**. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?p=1407>> Acesso em 5 nov.2014b.

_____. Portal Contratações Públicas Sustentáveis. **Capacitação em Logística Sustentável**. Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/gestor-de-compras/sustentabilidade/capacitacao-pls-dia-do-meio-ambiente-2-1.pdf>> Acesso em 10 nov.2014c

_____. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a comissão interministerial de sustentabilidade na administração pública – CISAP. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm> Acesso em 19 nov.2014d.

_____. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos planos de gestão de logística sustentável de que trata o art.16, do decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em:<cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/instrucao-normativa-10-2012.pdf> Acesso em 19 nov. 2014e.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 5 nov.2014f.

_____. Portal Contratações Públicas Sustentáveis. **Recursos**. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/recursos>> Acesso em 18 dez.2014g.

_____. Portal Palácio do Planalto. **Ministérios**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerios>> Acesso em 10 dez. 2014h.

_____. Orçamento Federal. **Coleta Seletiva Solidária**. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/Coleta_Seletiva_Solidaria.pdf/view>. Acesso em 30 nov.2014i.

BRÜMMER, S. **Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2738, 30 dez. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18162>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

COLAÇO, B. M. A. **O Direito Internacional do Meio Ambiente e as Mudanças Climáticas**. Disponível em < http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/dir/barbara.pdf> Acesso em: 27 out. 2014.

CGU. Controladoria-Geral da União. **Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010**. Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. BRASIL, Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-tcu-63-2010.pdf/view>> Acesso em 25 nov.2014a.

_____. **Portaria-TCU nº175, de 9 de julho de 2013**. Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_tcu_175_-2013.pdf> Acesso em 25 nov.2014b.

COSTA, L. G.; DAMASCENO, M. V. N.; SANTOS, R. S. A Conferência de Estocolmo e o pensamento ambientalista: como tudo começou. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12292>. Acesso em 28 nov 2014.

ERBE, M. C. L. **Sistemas de Gestão Ambiental**. Curitiba: ETEC, 2012.

IBAMA. Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historia>> Acesso 2 nov. 2014.

INFOESCOLA. Infoescola Aprendendo e Navegando. **Coleta Seletiva Solidária**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ecologia/coleta-seletiva-solidaria/>> Acesso em 30 nov.2014.

JURISWAY. JurisWay – Sistema Educacional Online.. **Administração Pública**. Disponível em <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7166>. Acesso em 15 nov. 2014.

LEIS, H. R. **O Labirinto: Ensaio sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia de Blumenau, 1996.

LEMOS, H. M. **As Normas ISO 14000**. Disponível em :<<http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/iso14000.html>> Acesso em 08 nov.2014.

MARTINS, T. **O conceito de desenvolvimento sustentável e seu contexto histórico: algumas considerações**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 382, 24 jul. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5490>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MINC. Ministério da Cultura. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>> Acesso em 5 nov.2014a.

_____. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério da Cultura – 2013**. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2014/02/Ministerio-da-Cultura.pdf>> Acesso em 15 nov.2014b.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva (Se/Minc)**. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=7262659&seAbrirDocNoBrowser=1>> Acesso em 5 nov.2014c.

MC. Ministério das Comunicações. **Institucional – Início**. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/institucional>> Acesso em 22 nov.2014a.

_____. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério das Comunicações – 2013**. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2014/02/Ministerio-das-Comunicacoes.pdf>>. Acesso em 22 nov.2014b.

_____. **Relatório de Gestão Consolidado 2013 – Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações**. <<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc;jsessionid=EWgLLEhsquoRabQt3>>

+7eceZz.host1a11:ce03-arqref7?codArqCatalogado=7290021&seAbrirDocNoBrowser=1>
Acesso em 22 nov.2014c.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias.**
Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/acoesprio.pdf>
Acesso 30 out. 2014a.

_____. **Governança Ambiental.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/portal-nacional-de-licenciamento-ambiental/licenciamento-ambiental/historico>>
Acesso 30 out. 2014b.

_____. **Histórico Institucional.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/o-ministerio/historico-institucional>> Acesso 30 out. 2014c.

_____. **Agenda 21 Brasileira.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>> Acesso 3 nov. 2014d.

_____. **Agenda 21.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> Acesso 3 nov. 2014e.

_____. **Como Implantar a A3P.** Disponível em:
<[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Cartilha Intermediaria - Como Implantar a A3P - 3 edicao.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Cartilha%20Intermediaria%20Como%20Implantar%20a%20A3P%20-3%20edicao.pdf)> Acesso 15 nov. 2014f.

_____. **Eixos Temáticos.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos>> Acesso 15 nov. 2014g.

_____. **Licitação Sustentável.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/item/526>> Acesso 15 nov. 2014h.

_____. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).** Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/a3p>> Acesso 17 nov. 2014i.

_____. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao>>
Acesso 11 dez. 2014j.

_____. **A3P.** Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>.
Acesso 11 nov. 2014k.

_____. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e do Serviço Florestal Brasileiro – 2013.** Disponível em:

<<http://189.9.150.57/recursos?categorias=&idiomas=&niveissetores=&topicos=&produtosservicos=&busca=ministerio+do+meio+ambiente>> Acesso em 27 nov.2014l.

_____. **Relatório de Gestão Consolidado 2013 – Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente.** Disponível

em:<<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc;jsessionid=EWgLLHsquoRabQt3+7eceZz.host1a11:ce03-arqref7?codArqCatalogado=7265859&seAbrirDocNoBrowser=1>> Acesso em 10 dez. 2014m.

MPOG. Ministério do Planejamento. **Compras Públicas.** Disponível em:

<<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=7&ler=s895>> Acesso em 5 nov.2014.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **A história do MTE.** Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/institucional/a-historia-do-mte/>> Acesso em 25 nov.2014a.

_____. **Institucional.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/acesso-a-informacao/institucional/>> Acesso em 25 nov.2014b.

_____. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério do Trabalho e Emprego - 2013.** Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2014/02/Ministerio-do-Trabalho-e-Emprego.pdf>>. Acesso em 25 nov.2014c.

_____. **Relatório de Gestão de 2013 da Secretaria-Executiva -SE do Ministério do Trabalho e Emprego –MTE.** Disponível em:

<<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=7267832&seAbrirDocNoBrowser=1>> Acesso em 25 nov.2014d.

NOVAIS, V. M. S. **Desafios para uma efetiva gestão ambiental no Brasil.** Disponível em <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/4h.pdf>>. Acesso 30 out. 2014.

REQUI, E. M. **O Plano de Gestão de Logística Sustentável e a eficiência nas contratações públicas.** Disponível em: <<http://www.zenite.blog.br/o-plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-e-a-eficiencia-nas-contratacoes-publicas/>> Acesso em 5 nov.2014.

RIEKSTI, A. C. **ISO14001 e a sustentabilidade.** A eficácia do instrumento no alcance do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.usp.br/mudarfuturo/cms/?p=212>> Acesso em 08 nov.2014.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Julho, 2009. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em 15 jan. 2015.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, C. A. **Estudos de Impacto Ambiental**. ETEC, Curitiba: 2011. Disponível em: [http://netapi.ifpi.edu.br/etapi/docs/MeioAmbiente2012/Estudo de Impactos Ambientais/Estudo de Impactos Ambientais.pdf](http://netapi.ifpi.edu.br/etapi/docs/MeioAmbiente2012/Estudo%20de%20Impactos%20Ambientais/Estudo%20de%20Impactos%20Ambientais.pdf)> Acesso em: 28 jul. 2014.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Sobre a Prestação e Tomada de Contas ao TCU**. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_ordinarias_extraordinarias/sobre_prestacao_contas> Acesso em 5 nov.2014a.

_____. **Prestação de contas do exercício de 2013**. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_ordinarias_extraordinarias/2013> Acesso em 5 nov.2014b.

_____. **Consulta pública de relatórios de gestão**. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/econtrole/Web/EControle/ConsultaPublica/ConsultaPublicaRelatorioGestao.faces?ano=2013>> Acesso em 5 nov.2014c.

UNIVERSO AMBIENTAL. **Agenda 21 – Um Breve Resumo**. Disponível em: http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=6&canallocal=11&canalsub2=31&id=80> Acesso em: 07 out. 2014.

APÊNDICES

Tabelas utilizadas para avaliação da gestão ambiental dos Ministérios

Tabela A. Avaliação de programas para acompanhamento da quantidade consumida de recurso, política adotada para estimular o uso racional e ação para substituição.

Recurso	Existe acompanhamento de consumo do item? Sim/Não	Política utilizada e/ou proposta para reduzir o consumo?	Ação adotada para alterar o consumo?
Papel			
Copo descartável			
Cartucho de impressão			
Água			
Energia			
Telefone			
Transporte			

Tabela B. Avaliação da prática de coleta seletiva adotada.

Resíduo	Tratamento adotado?	Resposta
Pilhas e baterias	Há locais para descarte de pilhas e bateria?	
Lâmpadas	Há a pratica da logística reversa?	
Papel	Foram disponibilizadas lixeiras para que o papel seja descartado adequadamente nas estações de trabalho?	
Copo descartável	Há coletores de copos descartáveis?	
Papel /papelão/plástico	Há termo de compromisso com associação de catadores?	
Resíduo eletrônico	Há a pratica da logística reversa?	
Lixo	Foram disponibilizadas lixeiras para separação do lixo orgânico, metal, plástico, papel, nas estacoes de trabalho?	

Tabela C. Avaliação da prática de compra sustentável.

Compras Sustentáveis	Resposta
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações?	
Aquisição de produtos é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	
Aquisição de lâmpadas, baterias que colaboram para o menor consumo de energia	
Aquisição de equipamentos de TI com especificações sustentáveis – TI verde	
Participa de compras compartilhadas?	
Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental?	

Tabela D. Aspectos de Saúde e qualidade de vida tratados no PLS.

Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	
Aspectos	Resposta
Orientação nutricional	
Ginastica laboral	
Preparação para aposentadoria	
Controle de álcool e drogas	
Redução do stress no trabalho	
Atividades de integração	
Treinamentos e capacitação	
Avaliação de desempenho	
Segurança no ambiente de trabalho	

Tabela E. Sensibilização de servidores das práticas sustentáveis.

Ações	Respostas
Disponibilização na intranet de informações sustentáveis do órgão como o PLS, A3P...	
Publicação de resultados alcançados	
Promoção de Cursos	
Distribuição de cartilhas e informativos sobre o meio ambiente	
Promoção de Palestras	
Disponibilização de cartazes e etiquetas para lembrar a necessidade de reduzir o uso de papel, copos descartáveis e separar lixo	
Visita às cooperativas de catadores	

ANEXOS

ANEXO A - INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P					
Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	1.1. Energia	1.1.1.	Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	mensal e anual
		1.1.2.	Consumo de energia elétrica per capita	Quantidade de Kwh consumidos / total de servidores	mensal e anual
		1.1.3.	Gasto com energia	Valor da fatura em reais (R\$)	mensal e anual
		E1.1.4.	Uso de energia renovável – percentual	(Total de Kwh de energia elétrica a partir de fontes renováveis /total de kwh de energia elétrica) x 100	mensal e anual
		E1.1.5.	Energia elétrica economizada – percentual	(Total de Kwh de energia elétrica no mês 2 – total de kwh de energia no mês 1 / total de energia elétrica) x 100	mensal e anual
		E.1.1.6.	Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas incandescentes substituídas por lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho na área de iluminação	anual
		E.1.1.7.	Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula	Informar se utiliza ou não sistema de controle de iluminação	anual
	1.2. Água	1.2.1.	Volume de água utilizada	Quantidade de m ³	mensal e anual
		1.2.2.	Volume de água per capita	Quantidade de m3 de água/ total de servidores	mensal e anual
		1.2.3.	Gasto com água	Valor da fatura em reais (R\$)	mensal e anual
		A1.2.4.	Consumo de água mineral	Total de galões de água mineral (20 litros) adquiridos	mensal e anual
		A1.2.5.	Gasto com aquisição de água mineral	Valor gasto com compra de galões de água mineral em reais (R\$)	mensal e anual

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P					
Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
		E.1.2.6.	Reutilização de Água	Total de m3 de água cinza (servida) + Total de m3 de água captada da chuva	anual
		E.1.2.7.	Uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água	Informar se utiliza ou não sistema de controle de individualização de despesa com água	anual
		E.1.2.8.	Uso de equipamentos hidráulicos eficientes	Informar se utiliza ou não equipamentos hidráulicos eficientes	anual
	1.3. Copos Descartáveis	1.3.1.	Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados	mensal e anual
		1.3.2.	Consumo de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 50 ml utilizados	mensal e anual
		1.3.3.	Consumo per capita de copos de 200ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 200 ml / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.3.4.	Consumo per capita de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 50 ml / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.3.5.	Gasto com aquisição de copos descartáveis	Valor (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis (200ml + 50 ml)	mensal e anual
		E.1.3.6.	Utilização de utensílios não descartáveis	Quantidade (unidades) de xícaras + copos + garrafas produzidos a partir de material permanente	mensal e anual
		E.1.3.7.	Percentual de uso de utensílios não descartáveis	Quantidade total de utensílios não descartáveis (xícaras+copos permanentes)/ quantidade total de copos descartáveis utilizados (50 ml + 20ml) x 100	mensal e anual

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P					
Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
	1.4. Papel	1.4.1.	Consumo mensal de papel branco (clorado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas	mensal e anual
		1.4.2	Consumo per capita de papel branco (clorado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco clorado utilizadas / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.4.3	Consumo mensal de papel não clorado e reciclado	Quantidade (unidades) de papel não clorado + Quantidade (unidades) de papel reciclado utilizado	mensal e anual
		1.4.4.	Gasto com aquisição de papel branco (clorado)	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco (clorado)	mensal e anual
		1.4.5.	Gasto com aquisição de papel reciclado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel reciclado (clorado)	mensal e anual
		1.4.6	Gasto com aquisição de papel não-clorado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel não-clorado	mensal e anual
		E.1.4.7.	Percentual de papel reciclado e não clorado	(Quantidade total de papel reciclado + quantidade total de papel não-clorado/ quantidade total de papel branco (clorado) x 100	mensal e anual
		E.1.4.8.	Emissão de CO2	Quantidade de resmas de papel (500 folhas) consumidas x 3,5 Kg de CO2	anual
	1.5. Transporte Aéreo	1.5.1	Gasto com passagens aéreas nacionais	Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas nacionais	mensal e anual
		1.5.2.	Gasto com passagens aéreas internacionais	Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas internacionais	mensal e anual
		1.5.3.	Milhas percorridas no país	Quantidade de milhas percorridas no país	mensal e anual
		1.5.4	Milhas percorridas no exterior	Quantidade de milhas percorridas no exterior	mensal e anual

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P					
Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
		E.1.5.5.	Utilização de videoconferências	Quantidade de videoconferências realizadas	mensal e anual
		E.1.5.6.	Emissão de CO2	Distância (Km) percorrida x 0,11 Kg CO2	anual
	1.6. Transporte Terrestre	1.6.1.	Frota total	Quantidade de veículos utilizados no transporte de funcionários	mensal e anual
		1.6.2.	Quilometragem percorrida	Quantidade de quilômetros percorridos	mensal e anual
		1.6.3.	Consumo de Gasolina	Quantidade (litros) de gasolina consumida	mensal e anual
		1.6.4.	Consumo de Álcool	Quantidade (litros) de álcool consumido	mensal e anual
		1.6.5.	Gasto com combustível	Valor (R\$) gasto com o abastecimento de veículos	mensal e anual
		E.1.6.6.	Emissão de CO2	Quantidade (litros) de gasolina consumida x 2,63 KgCO2/l	anual
2. Gestão adequada dos resíduos gerados	2.1. Coleta Seletiva	2.1.1.	Reciclagem de papel	Quantidade (Kg) de papel destinado à reciclagem	mensal e anual
		2.1.2.	Reciclagem de papelão	Quantidade (Kg) de papelão destinado à reciclagem	mensal e anual
		2.1.3.	Reciclagem de Toner	Quantidade (unidades) de toner destinados à reciclagem	mensal e anual
		2.1.4.	Reciclagem de Plástico	Quantidade (Kg) de plástico destinado à reciclagem	mensal e anual
		E.2.1.5.	Total de material reciclável destinado às cooperativas	Kg de Papel + Kg de Papelão + Kg de Plástico+ Kg de plástico destinados à reciclagem	mensal e anual
		E.2.1.6.	Reutilização de Papel	Quantidade (Kg) de papel reutilizado	mensal e anual

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P					
Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
	2.2. Resíduos Perigosos	2.2.1.	Descarte de lâmpadas fluorescentes	Quantidade (unidades) de lâmpadas trocadas	mensal e anual
		2.2.2.	Descarte de pilhas e baterias	Quantidade (Kg) de pilhas e baterias descartadas	mensal e anual
		E.2.2.3.	Logística reversa de lâmpadas fluorescentes	Quantidade (unidades) de lâmpadas recicladas pela empresa prestadora do serviço	anual
	2.3. Resíduos Eletroeletrônicos	2.3.1.	Descarte de computadores	Quantidade (unidades) de computadores inutilizados/ obsoletos descartados	mensal e anual
		2.3.2.	Descarte de impressoras	Quantidade (unidades) de impressoras inutilizadas/ obsoletas descartadas	mensal e anual
		2.3.3.	Descarte de aparelhos telefônicos inutilizados/ obsoletos	Quantidade (unidades) de aparelhos telefônicos inutilizados	mensal e anual
		2.3.4.	Descarte de aparelhos de fax inutilizados/obsoletos	Quantidade de aparelhos de fax inutilizados/ obsoletos	mensal e anual
	2.4. Plano de Gestão de Resíduos	2.4.1.	Definição de Plano de Gestão de Resíduos	Informar se há Plano de Gestão de Resíduos Sólidos	anual
3. Licitações Sustentáveis	3.1. Ar condicionado	3.1.1.	Sistema de ar condicionado eficiente	Quantidade de equipamentos adquiridos (unidades)	anual
		3.1.2.	Substituição de equipamentos antigos por equipamentos com sistema eficiente	Quantidade de equipamentos substituídos (unidades)	anual
		3.1.3.	Uso de sistema de automação	Informar se utiliza ou não equipamentos hidráulicos eficientes	anual

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P					
Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
	3.2. Iluminação	3.2.1.	Aquisição de lâmpadas eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho adquiridas	anual
		E.3.2.2.	Uso de reatores eletrônicos com alto fator de potência	Quantidade (unidades) de reatores adquiridos	anual
		E.3.2.3.	Uso de luminárias reflexivas de alta eficiência	Quantidade (unidades) de luminárias adquiridas	anual
	3.3. Água	3.3.1.	Aquisição de torneiras com válvulas redutoras de pressão e temporizadores	Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas	anual
		3.3.2.	Aquisição de torneiras com sensores ou fechamento automático	Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas	anual
		3.3.3.	Aquisição de sanitários com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo	Quantidade (unidades) de sanitários adquiridos	anual
		3.3.4.	Porcentagem de equipamentos economizadores de água adquiridos	(Quantidade de equipamentos economizadores de água adquiridos / total de equipamentos hidráulicos utilizados) x 100	anual
	3.4. Papel	3.4.1.	Aquisição de papel A4 100% reciclado para impressão	Quantidade (Kg) de papel não clorado adquirido	anual
		3.4.2.	Aquisição de papel não clorado para impressão	Quantidade (Kg) de papel reciclado adquiridos	anual
		3.4.3.	Aquisição de envelope de papel 100% reciclado	Quantidade (Kg) de envelopes de papel adquiridos	anual

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P					
Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
		3.4.4.	Porcentagem de papel 100% reciclado adquirido	Quantidade (Kg) de papel 100% reciclado adquirido / total de papel adquirido	anual
	3.5. Madeira	E.3.5.1.	Aquisição de madeira certificada	Informar materiais adquiridos que foram produzidos a partir de madeira certificada	anual
	3.6. Veículos	3.6.1.	Aquisição de veículos flex	Quantidade de veículos flex adquiridos	anual
		E3.6.2.	Aquisição de veículos movidos a biocombustíveis	Quantidade de veículos movidos a biocombustíveis adquiridos	
	3.7. TI Verde	3.7.1.	Aquisição de estações de trabalho	Quantidade (unidades) de equipamentos adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2	anual
		3.7.2.	Aquisição de netbook	Quantidade (unidades) de netbook adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2	anual
		3.7.3.	Aquisição de impressoras frente-verso	Quantidade (unidades) de impressoras frente-verso adquiridas	anual
	3.8. Serviços de Limpeza	E3.8.1.	Materiais biodegradáveis	Informar sobre a inclusão, no contrato, de material de limpeza biodegradável	anual
	3.9. Serviços de Copa	3.9.1.	Copos permanentes	Quantidade (unidades) de copos plásticos substituídos por copos não descartáveis	anual
4. Qualidade de vida no trabalho	4.1. Qualidade de vida no trabalho	4.1.1.	Saúde e qualidade de vida	Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	anual
		4.1.2.	Redução do stress no trabalho	Informar as ações para diminuir o estresse e promover a interação dos servidores	anual

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P					
Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
	4.2. Segurança no serviço e acessibilidade	4.1.3.	Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/ total de servidores da instituição) x 100	anual
		4.2.1.	Comissão Interna de prevenção de acidentes	Informar se há ou não Comissão	anual
		4.2.2.	Brigada contra incêndios	Informar se há ou não Brigada	anual
		4.2.3.	Acesso apropriado para portadores de deficiência	Informar se há ou não acesso apropriado	anual
5. Sensibilização e Capacitação	5.1. Ações de sensibilização para os servidores	5.1.1.	Curso para servidores	Listar os cursos realizados	anual
		5.1.2.	Campanhas	Listar as campanhas realizadas	anual
		5.1.3.	Publicações	Listar as publicações	anual
		5.1.4.	Comunicação	Listar as estratégias de comunicação utilizadas	anual
		5.1.5.	Palestras	Listar palestras realizadas	anual
	5.2. Capacitação de servidores	5.2.1.	Plano/Programa de capacitação de servidores	Informe se a instituição possui plano ou programas para capacitação dos servidores	anual
		5.2.2.	Servidores capacitados	Número de servidores capacitados	anual

ANEXO B - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 12 DE NOVEMBRO
DE 2012.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 15 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, resolve:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam instituídas as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS, na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, conforme determina a alínea “b” do inciso I do art. 11 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

II – critérios de sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

III - práticas de sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;

IV – práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;

V – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI – coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

VII – resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública;

VIII – material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos;

IX – material permanente: todos os bens e materiais que, em razão de sua utilização, não perdem sua identidade física, mesmo quando incorporados a outros bens, tendo durabilidade superior a dois anos;

X – inventário físico financeiro: relação de materiais que compõem o estoque onde figuram a quantidade física e financeira, a descrição, e o valor do bem; e

XI – compra compartilhada: contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços serão de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal.

Capítulo II

DOS PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 3º Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Art. 4º Os PLS devem ser elaborados pelo órgão ou entidade e sua delegação e aprovação será de responsabilidade do Secretário-Executivo do respectivo Ministério, ou cargo equivalente no caso das Autarquias, Fundações e empresas estatais dependentes.

§ 1º Os PLS poderão ser subdivididos, a critério de cada órgão ou entidade, em razão da complexidade de sua estrutura, sendo os resultados consolidados e apresentados pela autoridade referida no **caput** deste artigo.

§ 2º Na hipótese de o edifício ser ocupado por mais de um órgão ou entidade, cada PLS deverá conter as ações específicas e as compartilhadas que dependam de esforços conjuntos.

§ 3º Na hipótese de o órgão ou entidade não ser autorizado a realizar ações de adaptação no edifício que ocupa, tal impossibilidade deverá ser informada e justificada no PLS.

Seção II

Do Conteúdo

Art. 5º Os PLS deverão conter, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Art. 6º Deverá ser constituída a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, composta por no mínimo três servidores, designados pelos respectivos titulares dos órgãos ou entidades, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Instrução Normativa.

§ 1º Os órgãos ou entidades poderão ratificar as comissões já instituídas no âmbito das iniciativas elencadas nos incisos do art. 11 para atender ao disposto no **caput** deste artigo.

§ 2º A Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável terá a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS.

Art. 7º A elaboração e atualização do inventário de bens móveis deverão ser feitas em conformidade com a Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988, ou normativo que a substituir.

Parágrafo único O inventário de materiais deverá ser composto pela lista dos materiais de consumo para uso nas atividades administrativas, adquiridos pelo órgão ou entidade no período de um ano, conforme Anexo I.

Art. 8º As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II – energia elétrica;

III – água e esgoto;

IV – coleta seletiva;

V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e

VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Parágrafo único. As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços constantes no Anexo II poderão ser utilizadas como referência na elaboração dos PLS.

Art. 9º Os PLS deverão ser formalizados em processos e, para cada tema citado no art. 8º, deverão ser criados Planos de Ação com os seguintes tópicos:

I - objetivo do Plano de Ação;

II - detalhamento de implementação das ações;

III - unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis;

IV - metas a serem alcançadas para cada ação;

V - cronograma de implantação das ações; e

VI - previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

§ 1º Para os temas listados no art. 8º, os resultados alcançados serão avaliados semestralmente pela comissão gestora, utilizando, no mínimo, os indicadores elencados no Anexo III.

§ 2º Caso o órgão ou entidade inclua outros temas no PLS deverão ser definidos os respectivos indicadores, contendo: nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia de apuração e periodicidade de apuração.

Art. 10. As iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade deverão ser incluídas no Plano Anual de Capacitação das unidades integrantes da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e nos planos de capacitação similares, no caso das empresas estatais dependentes.

Art. 11. As seguintes iniciativas poderão ser observadas na elaboração dos PLS:

I – Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP;

II – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - SPE/MME;

III – Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SAIC/MMA;

IV – Coleta Seletiva Solidária, desenvolvida no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SE/MDS;

V – Projeto Esplanada Sustentável – PES, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SOF/MP, em articulação com o MMA, MME e MDS; e

VI – Contratações Públicas Sustentáveis - CPS, coordenada pelo órgão central do Sistema de Serviços Gerais – SISG, na forma da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP.

Parágrafo único. Os Planos de Ação, ou instrumentos similares, das iniciativas elencadas neste artigo, poderão ser incorporados aos PLS dos órgãos ou entidades.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Os PLS deverão ser elaborados e publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 13. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS deverão ser publicados semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Art. 14. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho de cada órgão ou entidade, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados; e

II – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Parágrafo único. Os relatórios deverão ser publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades e encaminhados eletronicamente à Secretaria Executiva da CISAP.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA

Publicada no D.O.U. nº 220, de 14/11/2012, Seção I , pág. 113

ANEXO I – Lista de Materiais de Consumo

Código¹	Descrição do item	Quantidade	Unidade de medida	Valor Total R\$²	Item Sustentável³
Obs.: ¹ Refere-se ao código do Sistema de Catalogação de Material (CATMAT) para as unidades integrantes do SISG. Para as demais, utilizar código de material usualmente empregado. ² Somatório do valor em Real dos itens adquiridos no período de 1 ano. ³ Informar sim ou não.					

Anexo II – Sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais

I – Materiais de Consumo
<p style="text-align: center;">Papel</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso do papel; 2. Substituir o uso de documento impresso por documento digital; 3. Imprimir apenas se necessário; 4. Revisar os documentos antes de imprimir; 5. Controlar o consumo de papel para impressão e cópias; 6. Programar manutenção ou substituição das impressoras, em razão de eficiência; 7. Imprimir documentos no modo frente e verso; 8. Reaproveitar o papel impresso em apenas um lado, para a confecção de blocos de rascunho; 9. Utilizar papel reciclado ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente; e 10. Realizar campanhas de sensibilização para redução do consumo de papel.
<p style="text-align: center;">Copos Descartáveis</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dar preferência para os copos produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem com vistas a minimizar impactos ambientais adversos; e 2. Realizar campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis.
<p style="text-align: center;">Cartuchos para impressão</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Dar preferência à utilização de impressão com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta ou toner.
II – Energia Elétrica
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; 2. Monitorar o consumo de energia; 3. Promover campanhas de conscientização; 4. Desligar luzes e monitores ao se ausentar do ambiente; 5. Fechar as portas e janelas quando ligar o ar condicionado;

6. Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, iluminação natural;
7. Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento;
8. Revisar o contrato visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do órgão ou entidade;
9. Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar-condicionado mais modernos e eficientes, visando reduzir o consumo de energia;
10. Minimizar o consumo de energia reativa excedente e/ou demanda reativa excedente, visando reduzir a quantidade de reatores ou adquirindo um banco de capacitores;
11. Utilizar, quando possível, sensores de presença em locais de trânsito de pessoas; e
12. Reduzir a quantidade de lâmpadas, estabelecendo um padrão por m² e estudando a viabilidade de se trocar as calhas embutidas por calhas "invertidas".

III – Água e esgoto

1. Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo;
2. Monitorar o uso da água;
3. Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água;
4. Dar preferência a sistema de medição individualizado de consumo de água;
5. Dar preferência a sistema de reuso de água e de tratamento dos efluentes gerados;
6. Analisar a viabilidade do aproveitamento da água de chuva, poços artesianos;
7. Criar rotinas acerca da periodicidade de irrigação de jardins, de forma a estipular períodos padronizados para esta atividade em cada época do ano;
8. Dar preferência ao uso de descargas e torneiras mais eficientes; e
9. Dar preferência à lavagem ecológica.

IV – Coleta Seletiva

1. Promover a implantação da coleta seletiva observada a Resolução do CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001, ou outra legislação que a substituir;
2. Promover a destinação sustentável dos resíduos coletados; e
3. Implantar a coleta seletiva solidária nos termos do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, ou outra legislação que a substituir.

V – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

1. Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.

2. Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados.
3. Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho;
4. Promover atividades de integração e de qualidade de vida no local de trabalho;
5. Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores com divulgação por meio da intranet, cartazes, etiquetas e informativos; e
6. Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.

VI – Compras e Contratações

1. Dar preferência, quando possível, à aquisição de bens reciclados ou recicláveis;
2. Dar preferência à utilização de impressoras que imprimam em frente e verso;
3. Incluir no contrato de reprografia a opção de impressão dos documentos em frente e verso;
4. Dar preferência, quando possível, à aquisição de papéis reciclados, isentos de cloro elementar ou branqueados a base de oxigênio, peróxido de hidrogênio e ozônio;
5. Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis;
6. Exigir comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços;
7. Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
8. Revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado;
9. Utilizar, quando possível, software de comunicação eletrônica para o envio de mensagens instantâneas (**instant text messaging**) ou para a transmissão de voz (**Voice over Internet Protocol – VoIP**);
10. Adotar, quando possível, uma rede de comunicações telefônicas, entre unidades de um mesmo órgão ou entidade;
11. Revisar normas internas e os contratos de telefonia fixa e móvel visando a racionalização em relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular dos aparelhos;
12. Revisar o contrato de telefonia fixa e móvel visando à adequação do plano contratado com a real necessidade do órgão ou entidade;
13. Adotar segurança eletrônica, sempre que possível, nos pontos de acesso dos edifícios dos órgãos ou entidades, visando auxiliar a prestação do serviço de vigilância;
14. Revisar normas internas e os contratos de vigilância visando o real dimensionamento dos postos de trabalho;

15. Substituir, se possível, a segurança armada por desarmada, nos locais internos do órgão ou entidade; e
16. Fomentar compras compartilhadas.

Anexo III - Sugestão de Indicadores

I - Materiais de Consumo		
Papel		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo mensal de papel branco (branqueado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas	Mensal e anual
Consumo per capita de papel branco (branqueado) MMA	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco branqueado utilizadas / total de servidores	Mensal e anual
Gasto com aquisição de papel branco (branqueado)	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco (branqueado)	Mensal e anual
Copos Descartáveis		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados	Mensal e anual
Consumo de copos de 50 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 50 ml utilizados	Mensal e anual
Consumo per capita de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 200 ml / total de servidores	Mensal e anual
Consumo per capita de copos de 50 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 50 ml / total de servidores	Mensal e anual
Gasto com aquisição de copos descartáveis	Valor (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis (200 ml + 50 ml)	Mensal e anual
II - Energia Elétrica		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	Mensal e anual
Consumo de energia elétrica per capita	Quantidade de kwh consumidos / total de servidores	Mensal e anual
Gasto com energia	Valor da fatura em reais (R\$)	Mensal e anual
Gasto com energia per capita	Valor da fatura em reais (R\$) / pessoal total	Mensal e anual
Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)	Demanda registrada fora de ponta / Demanda contratada fora de ponta ("")	Mensal

Adequação do contrato de demanda (ponta)	Demanda registrada ponta / Demanda contratada ponta (%)	Mensal
Gasto com energia pela área	R\$ / área total	Mensal e anual
III - Água e esgoto		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Volume de água utilizada	Quantidade de m ³ de água	Mensal e anual
Volume de água per capita	Quantidade de m ³ de água/ total de servidores	Mensal e anual
Gasto com água	Valor da fatura em reais (R\$)	Mensal e anual
Gasto com água per capita	Valor da fatura em reais (R\$) / pessoal total	Mensal e anual
IV - Coleta Seletiva		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Destinação de papel para reciclagem	Quantidade (Kg) de papel destinado à reciclagem	Mensal e anual
Destinação de papelão para reciclagem	Quantidade (Kg) de papelão destinado à reciclagem	Mensal e anual
Destinação de toner para reciclagem	Quantidade (unidades) de toner destinados à reciclagem	Mensal e anual
Destinação de plástico para reciclagem	Quantidade (Kg) de plástico destinado à reciclagem	Mensal e anual
Total de material reciclável destinado às cooperativas	Kg de papel + Kg de papelão + Kg de plástico+ Kg de plástico destinados à reciclagem	Mensal e anual
Reutilização de Papel	Quantidade (Kg) de papel reutilizado	Mensal e anual
V - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/ total de servidores da instituição) x 100	Anual
VI – Telefonia Fixa		

Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto por ramal/linha	R\$ / nº ramais + nº linhas	Mensal e anual
VII – Telefonia Móvel		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto por linha	R\$ / linhas	Mensal e anual
VIII – Vigilância		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Valor inicial do Posto	Valor total anual do contrato/ nº postos	Anual
Valor atual do Posto	Valor total anual de repactuação/ Valor total anual de assinatura	Anual
IX – Limpeza		
Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Gasto de limpeza pela área	R\$ / área interna	Anual
Grau de repactuação	Valor total anual de repactuação/ Valor total anual de assinatura	Anual

ANEXO C – Quadros A.8.1 e A.8.2 da PORTARIA - TCU Nº 175, DE 9
DE JULHO DE 2013

QUADROS DA PORTARIA - TCU Nº 175, DE 9 DE JULHO DE 2013

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					

8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).					
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel						
Água						
Energia Elétrica						
			Total			

Fonte: